

Economia em Debate

nº 267

(13/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Agronegócio trava acordo para novas tabelas

O Estado de S. Paulo - 13/06/2018

As discussões para a edição de uma nova tabela de preço mínimo do frete rodoviário empacaram na resistência do agronegócio, disse ontem ao Estado o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro. Segundo ele, das cinco tabelas em elaboração pelo governo, uma para cada tipo de carga, a única sobre a qual não havia entendimento era a dos graneleiros (mercadorias a granel).

Casimiro acompanha de perto as tentativas de acordo entre os produtores rurais e caminhoneiros, que buscam formas de romper o impasse. Ontem pela manhã, ele esperava que fosse fechado um acordo ao longo do dia, mas não foi o que ocorreu.

“Não foi deliberado nada ainda”, afirmou o coordenador executivo do Movimento Pró Logística da Associação de Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), Edeon Vaz Ferreira, representante de um grupo de empresas que precisa dos serviços do transporte de carga a granel. Segundo ele, apesar da resistência, os caminhoneiros têm discutido alternativas ao tabelamento que buscam manter os rendimentos da categoria. “Os caminhoneiros têm problemas de renda, principalmente na entressafra.”

As discussões sobre um mecanismo substituto ao preço mínimo, porém, são embrionárias. A fixação do preço não é aceita pelo agronegócio. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse ser “pessoalmente” contra o tabelamento. Mas, como integrante do governo, não lhe cumpre discutir a medida.

O impasse no preço do frete fez travar o transporte de carga no País, segundo mostrou o Estado em sua edição de ontem. Casimiro admitiu que há problemas localizados. “Mas o transporte está ocorrendo”, afirmou. “Não é o caos, mas também não é a normalidade.”

Em contraste, Blairo traçou um retrato dramático. Segundo ele, os frigoríficos não conseguem trazer as mercadorias para os portos. As exportadoras estão 11 dias atrasadas com as exportações que deveriam ser transferidas para os portos. “São 450 mil toneladas de produtos por dia. Temos mais de 60 navios parados. É necessário se chegar a um acordo.”

Ele disse não saber quando será superado o impasse e comentou que o grande número de representantes dos caminhoneiros é uma dificuldade no processo de negociação.

“O escoamento tem de ocorrer, senão a gente vai chegar numa situação muito grave de ter soja na mão de produtor, de produtor estar colhendo milho e não ter onde armazenar e também de os armazéns das empresas estarem cheios”, disse o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar. Segundo ele, para honrar seus contratos, os exportadores estão recorrendo à soja argentina.

Liminar suspende reajuste

O Estado de S. Paulo - 13/06/2018

Desembargador do Tribunal de Justiça de SP suspendeu, por liminar, aumento do teto do funcionalismo público nos 645 municípios paulistas.

O desembargador Renato Sartorelli, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), suspendeu ontem, por meio de decisão liminar, o aumento do teto do funcionalismo público nos 645 municípios paulistas. A medida não vale para o governo do Estado nem para o Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas.

O magistrado acolheu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), contra a Emenda Constitucional nº 46, que foi promulgada pela Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 8 de junho. O tucano alegou que a norma viola o pacto federativo e a soberania dos municípios, cujos tetos salariais, de acordo com a Constituição, são o subsídio pago aos prefeitos.

A emenda, que foi aprovada por 67 votos a 4 na assembleia paulista no dia 5 de junho, equipara a remuneração máxima de todos os servidores públicos estaduais e municipais ao salário dos desembargadores do TJSP, que recebem como remuneração base R\$ 30,4 mil por mês. No governo do Estado, por exemplo, o teto constitucional até então era o salário do governador, de R\$ 22,4 mil. A mudança deve beneficiar ao menos 4 mil servidores e causar impacto de até R\$ 1 bilhão os cofres estaduais em quatro anos.

Na liminar, o desembargador Sartorelli reconhece “suposta violação ao pacto federativo” e afirma que a manutenção da vigência da Emenda para os municípios “poderá acarretar transtornos à administração local em face da imposição de regras ao regime remuneratório dos servidores municipais, com evidente impacto orçamentário pela geração de despesas aos cofres públicos”.

O magistrado aponta a necessidade de concessão da liminar para evitar “irrepetibilidade dos pagamentos” caso a Emenda seja julgada inconstitucional no mérito, que será julgado pelo Órgão Especial do TJ-SP.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) elevando o teto do funcionalismo no Estado foi proposta em 2016 pelo deputado estadual Campos Machado (PTB). A nova regra prevê que a aplicação do teto seja escalonada ao longo de quatro anos até igualar o salário de desembargador: 71% dos vencimentos dos magistrados nos 12 meses imediatamente posteriores ao da promulgação da Emenda, 80% no segundo ano, 90% no terceiro ano e 100% a partir do quarto ano.

A regra não se aplica aos deputados estaduais, que recebem 75% dos vencimentos dos deputados federais, e nem aos vereadores, que recebem até 75% do que ganham os legisladores estaduais.

O aumento dos tetos nos municípios não chegou a ser calculado. Em São Paulo, por exemplo, seria de algo ao redor de R\$ 35 milhões ao ano. O prefeito Bruno Covas (PSDB) publicou uma instrução normativa no Diário Oficial da Cidade limitando os pagamentos a servidores municipais ao salário do prefeito – reforçando dispositivo previsto na Lei Orgânica do Município. Entidades de classe, entretanto, chegaram a enviar ofício à administração que as travas até o teto fossem liberadas, para pagamento de gratificações que, somadas ao salário, poderiam extrapolar o limite legal.

Setor de bebidas quer reverter fim de subsídio **O Estado de S. Paulo - 13/06/2018**

Escolhidos para bancar parte do subsídio ao diesel para caminhoneiros, fabricantes de bebidas querem reverter medida que retira benefício tributário da Zona Franca.

Escolhida para bancar uma parte do subsídio ao diesel para os caminhoneiros, a indústria de bebidas pressiona o governo para reverter a medida que retirou o benefício tributário para a fabricação do xarope dos refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

Ao todo, 59 fabricantes de refrigerantes, entre elas as gigantes Coca-Cola, Ambev e Pepsi, ameaçam cortar 15 mil empregos diretos caso seja mantido o decreto do presidente Michel Temer que praticamente acaba com o incentivo fiscal. Segundo os fabricantes, com o decreto, há aumento de 8% nos preços dos refrigerantes para os consumidores, o que provocará recuo de 15% nas vendas, com queda de R\$ 6 bilhões de faturamento e R\$ 1,7 bilhão na arrecadação de impostos.

As empresas reclamam que, para garantir o subsídio de R\$ 0,46 no preço do diesel – a bolsa caminhoneiro –, o governo provocou uma grande distorção na

cadeia produtiva do setor ao “quebrar contrato” com as empresas que se instalaram no polo de fabricação do xarope de refrigerantes em Manaus em busca dos incentivos fiscais da

Zona Franca.

Depois de ruralistas e exportadores, esse é mais um setor que reclama do impacto do pacote adotado pelo governo para atender os caminhoneiros. Reunidas

na Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes (Abir), as 59 empresas do setor montaram uma grande articulação política no Congresso para derrubar a medida. Três parlamentares da bancada do Amazonas – os senadores Vanessa Graziottin (PCdoB) e Eduardo Braga (MDB-AM), além do deputado Pauderney Avelino (DEM) – apresentaram um decreto legislativo

para derrubar o decreto presidencial cada um. “Queremos a revogação já. Que o governo volte atrás”, disse Alexandre Jobim, presidente da Abir.

Segundo ele, o decreto “anula” o incentivo regional. “Compensa continuar com o polo de concentrados? A resposta da indústria é não. Não fica de pé a Zona Franca.” Eles já se reuniram duas vezes com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que alegou distorções no sistema com o incentivo. Um das reuniões ocorreu na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com toda a bancada do Estado.

A Receita Federal prevê um aumento de R\$ 740 milhões na arrecadação em 2018 e R\$ 1,9 bilhão no ano que vem com o decreto. Esse dinheiro vai compor parte do custo de R\$ 13,5 bilhões com o subsídio ao diesel.

A legislação permitia que fabricantes instalados na Zona Franca acumulassem créditos de IPI na venda de insumos produzidos na região para engarrafadores instalados em outros Estados. Esses créditos equivaliam a 20% do valor da venda. Com o decreto, caíram para 4%.

Para a Receita, o benefício provoca distorção e desequilibra a concorrência. Pelos cálculos do Fisco, para cada R\$ 100 vendidos por uma empresa que produz na Zona Franca, R\$ 4 sobram de crédito, o que funcionaria na visão da Receita como um forma de “dar dinheiro” para as empresas.

Na contramão da Abir, o grupo de empresas que não está na Zona Franca comemorou a decisão do governo. O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas, deputado Fausto Pinato (PP-SP), se mobiliza para impedir que o decreto seja derrubado. “Ele desaponta os gigantes do setor de bebidas e mexe na ferida do oligopólio.” O Ministério da Fazenda não comentou.

Cotações em alta podem pressionar a inflação

O Estado de S. Paulo - 13/06/2018

Os preços de commodities agropecuárias, metálicas e energéticas aumentaram expressivamente em maio, o que põe pressão sobre os índices de inflação. A alta surge num momento ruim, em que a volatilidade de preços facilitada pela greve dos transportadores já bastaria para ameaçar o orçamento dos consumidores e para afetar o ritmo da recuperação econômica.

Segundo o IC-Br do Banco Central, a alta média das cotações de um conjunto de produtos agropecuários (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau) foi de 8,18% entre abril e maio. No mesmo período, as commodities metálicas (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) subiram 6,08% e as energéticas (petróleo tipo brent, gás natural e carvão) avançaram 14,81%.

No período janeiro a maio, o IC-Br subiu 13,13%, com alta de 8,80% nos produtos agropecuários, de 14,20% nos metálicos e de 26,04% nos

energéticos. As cotações internacionais das commodities medidas pelo índice CRB (Commodity Research Bureau) avançaram 14,08% neste ano.

Em 12 meses, até maio, o IC-Br subiu 19,92%, pressionado, em especial, pelos preços de itens de energia, enquanto o CRB aumentou 17,09%.

Em alguns casos, como o petróleo e o minério de ferro, as cotações oscilaram muito nos primeiros dias de junho, mas é cedo para fazer qualquer prognóstico sobre a evolução dos preços no mês.

O que é evidente é que as pressões sobre os indicadores de inflação já estão presentes. Em maio, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou alta de 1,38%, influenciado pela elevação dos preços no atacado, e o IGP-DI acusou aumento de 1,64%. Até a inflação para as famílias de menor renda, medida pelo IPC-C1 da Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 0,60% em maio, quase o dobro da marca de 0,31% registrada em abril.

Por enquanto, as consultorias econômicas privadas não prognosticam uma elevação mais acentuada da inflação. O boletim Focus do Banco Central, de 1.º de junho, previu uma inflação oficial (IPCA) de 3,65% em 2018, empurrada pelas altas da taxa cambial e dos preços administrados.

Mas a volta de pressões sobre preços pode ter impacto negativo sobre a retomada econômica, numa fase em que os consumidores privilegiam o equilíbrio das contas pessoais.

Governo quer reduzir multa por distratos **O Estado de S. Paulo - 13/06/2018**

O governo quer reduzir pela metade a multa a ser paga por quem comprar imóvel na planta e, depois, desistir do negócio. O Palácio do Planalto trabalha para que a penalidade seja de 25% do valor já pago e não 50% como aprovou a Câmara na semana passada. O tema está em debate no Senado, onde o texto começa a tramitar.

O Planalto articula a retirada de um parágrafo do projeto de lei aprovado pelos deputados. Esse trecho estabelece uma multa de 50% nos casos de devolução de imóveis construídos no chamado regime de afetação – regime da maioria dos empreendimentos, pelo qual cada prédio tem CNPJ próprio para proteger interesses dos compradores.

Sem o parágrafo, a multa será de 25% para todos os casos de devolução do imóvel. Assim, a penalidade ficará mais próxima de decisões recentes da Justiça que estabeleceram valor de 10% a 25% do valor pago à construtora.

A mudança terá impacto no bolso do consumidor. Para se ter uma ideia, é possível tomar como exemplo um edifício com apartamentos de dois quartos lançado recentemente em São Paulo. O empreendimento, com preços a partir de R\$ 580 mil, fica pronto em 2021. Se o comprador assinar o contrato hoje e

desistir do negócio um ano antes da entrega das chaves, terá pago R\$ 101,5 mil com a soma da entrada, parcelas mensais e intermediárias. Pela regra aprovada na Câmara, a desistência geraria multa de R\$ 50,7 mil. Com a mudança defendida pelo governo, o valor cai pela metade, para R\$ 25,3 mil.

Suficiente. Um dos argumentos do governo é que o novo percentual é suficiente para cobrir custos das empresas. Construtoras reconhecem que o valor cobre os gastos na maioria dos casos, mas desde que a multa seja apenas destinada à empresa e não pague despesas adicionais, como a corretagem do imóvel.

Para mudar o texto, existem duas possibilidades: que o Senado tire esse trecho do projeto ou que o presidente vete o parágrafo. As duas opções não exigem retorno do projeto à Câmara e permitem uma solução rápida. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não se opõe à derrubada do parágrafo.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), confirmou a perspectiva de mudança. “Se o Senado entender que há necessidade, vamos adequar para que o assunto tenha um final feliz para todos”, disse, ontem, após reunião com representantes do setor imobiliário.

O presidente da Confederação Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), José Carlos Martins, disse que não solicitou alteração no texto e salientou que a prioridade é uma conclusão rápida desse processo.

Sinalização

“O projeto é importante do ponto de vista da estabilidade dos negócios, mas não podemos penalizar o consumidor.” Eunício Oliveira

PRESIDENTE DO SENADO

Concentração bancária cresceu no País, diz BC **O Estado de S. Paulo - 13/06/2018**

O Banco Central mostrou ontem que o Brasil está entre os países com sistemas bancários mais concentrados do mundo. Em seu Relatório de Economia Bancária (REB), a instituição citou dados que indicam que, em 2016, os cinco maiores bancos do País – Caixa, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander – controlavam 82% dos ativos. O percentual coloca o País como o mais concentrado entre os emergentes citados pelo BC. Entre países desenvolvidos, só a Holanda tem concentração mais alta, de 89%.

Segundo o BC, a concentração bancária aumentou na maioria dos países após a crise financeira global de 2008. Isso ocorreu porque surgiu um movimento de fusões e aquisições, muitas vezes para evitar crises sistêmicas. Em 2006, por exemplo, os cinco grandes brasileiros detinham apenas 60% dos ativos.

“O Brasil apresentou aumento do nível de concentração no período, figurando em 2016 no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados, que inclui Austrália, Canadá, França, Holanda e Suécia”, disse o BC no relatório, com base em dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS).

O BC defendeu que a relação entre concentração bancária e spreads “não é tão direta quanto o senso comum pode sugerir”. O spread corresponde à diferença entre o custo de captação de recursos pelos bancos e o que é efetivamente cobrado de pessoas físicas e empresas. Em abril deste ano, o spread das operações de crédito com recursos livres (sem dinheiro do BNDES e da poupança) estava em 33,3 pontos percentuais – acima dos 24,9 pontos do fim de 2014, antes da recessão brasileira.

Justificativas. Para o BC, outros fatores que não têm relação com a concentração podem influenciar o custo do crédito, como ineficiência na regulação, rigidez de informações e até a limitada educação financeira da população. “Apesar do aumento da concentração bancária nos últimos anos, houve melhora no nível de competição entre os bancos”, disse o diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho. Procurada, a Federação Brasileira de Bancos não se manifestou.

Aumento da competição e impacto nos spreads

Valor Econômico - 13/06/2018

O aumento da competição não vai, sozinho, resolver a questão dos spreads no país, afirmou o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal. “Para reduzir o spread, que é um desejo de nós todos, precisamos seguramente continuar nesse processo competitivo que já vivemos, mas também procurar diminuir custos da intermediação financeira, custos da inadimplência, operacionais, tributários. Porque todos os que entram nesse mercado competem com essas mesmas condições”, afirmou, após o painel de abertura do Ciab. As declarações são uma referência ao Relatório de Economia Bancária divulgado pelo BC. “A parte que é do lucro representa apenas 14% [da composição do spread]”, ponderou. De acordo com o executivo, a redução nos spreads requer um “esforço do país”. Os bancos, disse, fazem sua parte procurando reduzir os custos operacionais. No entanto, há itens que dependem do governo, do Legislativo, do Judiciário e da sociedade como um todo, afirmou.

Área econômica se reúne com Marun para definir prioridades no Congresso

Valor Econômico - 13/06/2018

Com pouco mais de seis meses para o fim do ano, e com menos dias úteis por conta da Copa do Mundo e do período eleitoral, o presidente Michel Temer tenta articular com o Congresso a votação de algumas matérias consideradas prioritárias para o governo. Articulador do governo no Congresso, o ministro da

Secretaria de Governo, Carlos Marun, definiu em reunião ontem com os ministros da área econômica e com líderes as frentes que a base aliada precisa investir.

Após reunião com Eduardo Guardia, ministro da Fazenda, e Esteves Conalço (Planejamento), Marun afirmou que as prioridades serão a conclusão do cadastro positivo, a aprovação da desestatização das distribuidoras da Eletrobras e a medida provisória que cria o Ministério da Segurança.

"Essas três serão, digamos, a nossa pauta prioritária para o encerramento do primeiro semestre", disse. "Temos a convicção de que isso será possível", completou. Marun disse que se trata apenas de uma "sugestão". "A pauta é uma prerrogativa da Câmara dos Deputados."

Ontem à noite, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), havia acertado com a oposição a votação dos requerimentos de urgência dos projetos que autorizam a Petrobras a vender o direito de exploração da cessão onerosa do pré-sal e que permitem à Eletrobras privatizar seis distribuidoras de energia que são deficitárias.

Também estavam na pauta os destaques ao projeto que torna automática a adesão ao cadastro positivo de crédito e a lei geral do turismo, que libera o capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais, mas essas matérias devem ficar para hoje.

Apesar do esforço do governo em tentar articular as votações, nos bastidores, auxiliares do presidente Temer reconhecem que as dificuldades são grandes e que a garantia mesmo é apenas da votação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que precisa acontecer até o dia 17 de julho para que o Congresso possa legalmente suspender as atividades para o recesso parlamentar a partir desta data.

A ala mais otimista do governo, entretanto, destaca que além da tentativa de emplacar as três prioridades definidas ontem na reunião entre Marun, líderes e ala econômica, seria bastante positivo avançar com o projeto de lei das agências reguladoras, que já passou no Senado e está na Câmara. Na avaliação dessas fontes, o projeto pode dar mais gestão e governança no ambiente de negócios.

Marun destacou ainda que existe pleito em relação à autonomia do Banco Central, mas que vê dificuldades no avanço da proposta. "Entendo que é uma proposta polêmica e não sei se conseguiremos votar isso no meio do período eleitoral", disse.

Em fevereiro, diante da dificuldade em avançar na votação da reforma da Previdência, o governo decretou intervenção na segurança pública do Rio e apresentou uma pauta de 15 itens que considerava prioritários, incluindo os pontos mantidos na atual frente de negociação.

Na ocasião, o anúncio da lista por parte do governo causou mal-estar no Congresso, já que Maia tinha uma agenda prioritária própria e reclamou da interferência do presidente Michel Temer e sua equipe na prerrogativa do Poder Legislativo.

Medo dos órgãos de controle 'tomou conta' do BNDES, afirma diretora

Valor Econômico - 13/06/2018

A diretora de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eliane Lustosa, acredita que a administração pública e a própria instituição financeira foram tomadas por "medo" dos órgãos de controle. Segundo ela, a preocupação "excessiva" de gestores chegou perto de ameaçar negócios - como a fusão entre as produtoras de celulose Fibria e Suzano, que acabou gerando R\$ 8,5 bilhões ao banco.

Para a executiva, a fiscalização de diferentes órgãos - como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério Público - estão causando receios nos agentes e uma consequente "inação" por parte deles. "Falo desse período que tenho atuado no banco e vejo um medo muito grande que tomou conta da administração como um todo. Brinco com minha equipe para 'sair de baixo da mesa'", disse ao Valor em seminário sobre mercado de capitais.

A fiscalização por parte dos órgãos é crescente desde a crise financeira de 2008, segundo ela. Mas as ações foram intensificadas após a Operação Lava-Jato, a partir de 2014. Ela ressalta que vê as ações como necessárias, mas acredita que o receio causou entre os funcionários públicos a sensação de que a inação é menos arriscada.

"Houve determinado momento em que essa atuação de tomada de contas e questionamentos dos órgãos de controle, que são necessários, geraram a percepção que o funcionário público pode ser responsabilizado por agir e não é questionado quando não age. Então se ele não fizer nada, não terá o risco", afirmou.

Para a diretora, isso pode gerar uma "infantilização" no funcionalismo. A inação, disse, é ainda mais arriscada na área em que comanda no banco, responsável por investir em empresas privadas e que exige um tempo mais rápido na tomada de decisões para não se perderem chances atraentes de compra e venda. "Não podemos perder oportunidade de fazer um negócio dentro do tempo de mercado porque temos que atender a preocupação excessiva com órgão de controle. Temos que encontrar um equilíbrio", afirmou.

Ela contou que o acordo que resultou na fusão entre Fibria e Suzano chegou a ser influenciado por esse receio. "Vai estar no livro que eu vou escrever como foi viabilizar alguns desses processos. O medo das pessoas. No caso da Fibria,

em alguns momentos a Suzano quis levantar da mesa se a gente não tomasse decisão em tempo hábil", revelou.

Eliane, que passou por empresas dos setores público e privado, afirmou que o momento na carreira estatal não tem sido fácil. "Já participei do setor público em vários momentos, mas esse foi o mais difícil", disse. Mesmo assim, ela acredita em um caminho de colaboração entre os diferentes órgãos públicos e diz que esse é o objetivo a ser perseguido. "Temos que construir um caminho para viabilizar oportunidades de investimento pautados não no medo, mas no orgulho de contribuir para uma sociedade melhor e em conseguirmos resultados positivos", disse.

Caixa e BB respondem por metade do crédito

Valor Econômico - 13/06/2018

Dois bancos públicos concentram pouco mais da metade do crédito do país, que soma cerca de R\$ 3 trilhões. Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil detêm 50,8% do mercado. E tal concentração reflete o peso dessas duas instituições na oferta de crédito imobiliário e rural, modalidades caracterizadas pelos juros subsidiados, e pela participação no consignado.

Já os cinco maiores bancos, somando aqui os privados Itaú, Bradesco e Santander, detêm 86% do crédito. A constatação está no Relatório de Economia Bancária (REB) de 2017 divulgado pelo Banco Central (BC), que destaca que o ponto relevante para o custo dos financiamentos não seria essa concentração, mas sim o grau de competição entre os bancos, que aumentou ao longo dos últimos anos apesar da redução de participantes entre 2000 e 2017.

No REB, o BC abriu a concentração e a participação das instituições em diferentes modalidades de crédito. No segmento de pessoas físicas, a Caixa é líder com 31,88% de participação em 2017 (32,58% em 2016), seguida por Banco do Brasil com 18,92% (19,13% em 2016), Itaú com 11,77% (11,91% em 2016), Bradesco com 10,38% (10,78% em 2016) e Santander com 8,65% (7,68% em 2016).

Segundo o BC, essa leve redução da fatia de mercado dos quatro maiores bancos no crédito à pessoa física em 2017 refletiu o aumento da participação de bancos comerciais menores e de cooperativas de crédito, que saíram de 3,45% em 2016 para 3,72%.

Fenômeno semelhante foi observado no crédito a pessoas jurídicas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) respondeu por 21,3% do crédito para as empresas, contra 21,89% em 2016. O Banco do Brasil teve participação de 18,7% (18,92% em 2016). A Caixa ficou com 12,04%, contra 12,25% em 2016, seguida por Bradesco com 11,5% (11,72%

em 2016) e Itaú com 9,17% (9,1% em 2016). As cooperativas são destaque com alta de 1,92% em 2016 para 2,42% no ano passado.

Na modalidade de crédito imobiliário (pessoas físicas e jurídicas), observou-se aumento da concentração. A participação da Caixa alcançou 69,96% em 2017, fazendo com que a participação dos cinco maiores bancos chegasse a 96,65% nesse segmento. Em 2016, a Caixa tinha 68,17%.

O segundo colado em crédito imobiliário é o Banco do Brasil, com uma fatia de 7,75% (7,86% em 2016), seguido por Bradesco com 7,06% (7,26% em 2016), Itaú com 6,8% (7,1% em 2016) e Santander com 5,08% (5,73% em 2016). No crédito rural (pessoas físicas e jurídicas), quem lidera é o Banco do Brasil com participação crescente, atingindo 55,45% em 2017 ante 47,55% em 2016.

Tarifa poderia reduzir juro do cartão, diz BC

Valor Econômico - 13/06/2018

O Banco Central (BC) apontou no Relatório de Economia Bancária (REB) divulgado ontem que um desafio do segmento de cartões no Brasil é a proibição no país da cobrança de algumas tarifas. O documento citou o caso do rotativo dos cartões na modalidade em que não é pago o valor mínimo exigido da fatura (denominada "não regular") cuja proibição de tarifa seria a causa de juros mais altos.

Mesmo assim, ao realizar um exercício hipotético, em que fosse permitida a cobrança desse tipo de tarifa (mantendo constante o gasto financeiro agregado dos devedores), o Banco Central verificou que as taxas de juros calculadas, ainda que mais baixas em comparação com o nível atual, seriam superiores às praticadas no exterior.

O juro do cartão de crédito é objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em um box no relatório, o BC explica que a cobrança de tarifa de abertura de crédito rotativo não regular é prática comum em outros países, como Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia. Nos Estados Unidos, por exemplo, as tarifas de abertura de crédito rotativo não regular começam em US\$ 27 e, caso o usuário entre novamente no rotativo não regular após seis meses, chegam a até US\$ 38.

O diretor de política econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, disse que a prática dos Estados Unidos citada também é recorrente na Europa.

Em 2017, o saldo médio total no cartão de crédito por indivíduo era de R\$ 3.821, com R\$ 392 de saldo médio no crédito rotativo regular (quando a fatura não é integralmente quitada, mas o pagamento é igual ou superior ao mínimo exigido) e de R\$ 617 no não regular.

Em média, os indivíduos gastaram R\$ 36 no mês com o pagamento de juros no rotativo regular e R\$ 87 com juros no rotativo não regular, representando, por

esse critério, taxas de juros mensais médias de 9,2% e 14,1%, respectivamente.

Nos Estados Unidos, em dezembro de 2017, o saldo médio em dívidas com cartão de crédito por indivíduo era de US\$ 4.800, a taxa de juros média praticada no rotativo do cartão de crédito girava em torno de 1,3% ao mês, a inadimplência acima de 60 dias era de 2% e os atrasos acima de 180 dias (lançados como prejuízo) eram de 6%.

O BC faz uma simulação mostrando para diferentes níveis de tarifas de abertura de rotativo não regular, quais seriam as taxas de juros que gerariam o mesmo gasto agregado para os devedores. Para cada aumento de R\$ 10 na tarifa hipotética, a taxa de juros média calculada se reduziria em 1,62 ponto percentual ao mês, ou 21,3 pontos ao ano.

O BC também destacou que o uso do rotativo do cartão de crédito foi mais utilizado por indivíduos sob maior estresse financeiro, de menor renda, menor tempo de emprego, aqueles recentemente desligados do mercado de trabalho formal e beneficiários de programas sociais. Além disso, as taxas de juros praticadas mostraram-se pouco sensíveis ao perfil dos indivíduos.

A base de dados analisada compreende informações de 49,9 milhões de indivíduos, com saldo total na carteira ativa de cartão de crédito de R\$ 191 bilhões. Entre estes indivíduos, 15,6 milhões possuíam saldo devedor em cartão de crédito rotativo regular e 2,6 milhões possuíam saldo devedor em cartão de crédito rotativo não regular (que não efetuaram o pagamento mínimo de 15%).

BC reduz peso do lucro no cálculo do spread bancário

Valor Econômico - 13/06/2018

O Banco Central (BC) apresentou um amplo relatório discutindo o spread bancário e mostrou uma relevante alteração na composição dos fatores que explicam a diferença entre o custo do dinheiro para os bancos e para o tomador final do crédito. As novas estimativas, apresentadas no Relatório de Economia Bancária (REB) divulgado ontem, mostram queda na participação dos lucros dos bancos e um aumento das despesas administrativas.

A inadimplência, no entanto, continua como principal explicação para o spread, na visão do BC, respondendo por 37,4% do total. O documento também se alinha ao discurso dos bancos ao minimizar o peso da elevada concentração bancária no custo dos empréstimos concedidos a empresas e famílias, destacando, com base em análise do quadro europeu, que mais importante do que o nível de concentração é quanto de competição há no sistema bancário.

O documento do BC mostrou que o lucro dos bancos, que em medição também feita pela autoridade monetária no começo de 2017 respondia por 23,8% do spread, teve sua participação reduzida para 14,9%. Já as despesas

administrativas subiram de cerca de 5% para 25% do total, acenando ineficiências do sistema.

Os dados, contudo, não são exatamente comparáveis porque um considera os números mais recorrentes, divulgados mensalmente com base nas taxas de juros totais, ou por tipo de recursos (livre e direcionado), enquanto o dado atual considera uma base mais longa, que serve para calcular o Indicador de Custo do Crédito (ICC).

A mudança na metodologia tem relevância porque ajuda o BC a mudar o discurso sobre os "culpados" pelo elevado custo do crédito. A margem de lucro dos bancos, nesse formato, seria menos relevante do que historicamente era, até então, mostrado pela própria autoridade monetária, reforçando o alinhamento com o sistema financeiro, que está sob a regulação do BC e que sempre contestou a tese de que o oligopólio existente e as altas margens de lucro seriam causas do juro alto praticado no Brasil, mesmo em ambiente de taxa Selic mais baixa, como o atual.

Ao ser questionado de que a escolha da Europa - no qual os tomadores de crédito têm mais facilidade em buscar recursos em países vizinhos - poderia enviesar a análise, que não comparou com países mais similares ao Brasil, o diretor de política econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, disse que não houve "escolha estratégica" e que outros países de fora da Europa, como Canadá e Austrália, também têm alta concentração de crédito e juros baixos. Mas ele evitou comparar com países como China, Índia e EUA, cuja concentração bancária é bem menor.

Viana de Carvalho explicou que a principal alteração ocorreu na forma como o BC encarou o cálculo das despesas administrativas. Segundo ele, a metodologia antiga levaria a uma subestimação desse custo, ao considerar que a receita com serviços seria apenas uma forma de abater os custos da operação. Agora, os serviços são encarados como fonte de receita e seu cálculo considera ganhos e custos.

Em sua apresentação, Viana reforçou a mensagem sobre o impacto da concentração bancária no custo do dinheiro. "É importante enfatizar o ponto de que não há associação direta ou mecânica entre concentração e custo do crédito ou spread", disse Viana. "A mensagem é que ao longo do tempo de 2000 a 2017 houve aumento do grau de competição a despeito do aumento da concentração."

Em vários momentos, ele ressaltou a importância de ações estruturais que reduzam o custo do crédito - como melhora de garantias e diminuição de custos -, e aumentem a competição, como a manutenção de um ambiente que estimule e facilite a inovação, caso das fintechs (empresas de tecnologia financeira). "Reduzir juros na canetada não funciona, já tivemos experiências do tipo".

O relatório também quis rever a percepção comum sobre a relevância dos depósitos compulsórios, fatia dos recursos que os bancos têm de deixar depositados no BC, no custo do crédito. Cálculos apresentados apontaram que uma redução de 10% nessa fatia de recursos, que beiram os R\$ 400 bilhões, reduziria o custo do crédito em apenas 0,1 ponto percentual. Já o mesmo tipo de exercício mostrando uma redução de 10% no crédito direcionado, reduz o juro em 1,3 ponto e aumenta o volume de crédito livre em 5,6%.

"Isso permite dizer algo sobre a meia entrada", disse, em referência ao conceito de que quem tem acesso ao crédito direcionado paga juros menores (meia entrada), enquanto o resto tem de pagar a entrada inteira e mais um pouco.

O REB também aprofunda a discussão sobre como avaliar a queda da Selic e seu impacto nos juros ao tomador final. A Selic afeta primordialmente a taxa de captação e seu impacto varia de acordo com o produto. Em modalidades com juro menor, o custo de captação é mais relevante e o impacto da Selic é mais acentuado. De acordo com Viana, esse canal de transmissão da política monetária está operando dentro do seu padrão histórico.

O BC tenta explicar outra questão relevante que é como que inadimplência representa uma fatia tão grande do spread, se o indicador está rodando perto das mínimas históricas de 4% a 5% da carteira. As simulações feitas pelo BC mostram que o juro necessário para repor essas perdas depende da própria inadimplência e do prazo dos empréstimos. Quanto mais curto o prazo do financiamento, maior a taxa de juro necessária para recompor a perda, caso do cartão de crédito e cheque especial. Viana também descartou o efeito do juro alto sobre a inadimplência.

Para economistas, baixa demanda pesou mais para a greve

Valor Econômico - 13/06/2018

Três fatores têm sido apontados como vetores que teriam desencadeado a crise dos combustíveis e a greve dos caminhoneiros: a recessão intensa e prolongada; o repasse da alta do preço do petróleo no mercado internacional, combinada com a desvalorização do real; e as políticas de subsídio à compra de caminhões. Mas, para alguns economistas e pesquisadores associados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), os dois primeiros fatores foram os que de fato pesaram mais na conta.

"Essa crise parece ter sido muito mais falta de demanda do que excesso de oferta", diz Braulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador do Ibre/FGV. "Com o agravante de que o transporte rodoviário tem um perfil de demanda que fez com que fosse muito mais afetado pela recessão do que a média da economia."

Em 2017, por exemplo, o PIB ficou 5,2% abaixo do registrado em 2014. Em cálculos feitos pelo economista, o PIB "mais relevante" para o transporte rodoviário ficou 11,2% abaixo do patamar em que estava em 2014. Esse PIB "mais relevante" inclui o desempenho de agropecuária, indústria de transformação, comércio e importação de bens. "Ou seja: se o hiato do produto (medida do grau de ociosidade da economia) já está bem negativo na economia como um todo", ele é, segundo Borges, ainda maior no caso dos transportes.

Quando tentou analisar a existência de excesso de oferta, Borges verificou que o preço médio dos fretes em termos reais se manteve entre 2014 e 2016 em nível semelhante ao de 2010 e 2011, "apesar da forte recessão". No biênio 2010-2011, o transporte por 1.000 quilômetros da tonelada de grãos agrícolas custava pouco menos do que R\$ 145. Entre 2014 e 2016, esse valor ficou, em média, pouco abaixo de R\$ 150.

Além disso, o frete médio cresceu em termos reais "quase que ininterruptamente entre 2005 e 2014", com um recuo "moderado" durante a recessão. Esses movimentos sugerem "que não parece existir um excesso significativo de oferta de caminhões na economia brasileira", segundo ele. "Se fosse assim, os preços reais dos fretes deveriam ter recuado expressivamente, sobretudo entre 2011 e 2014", quando houve crescimento mais expressivo da frota.

Há alguns dias, ao comentar o corte do preço do diesel nas refinarias estabelecido pelo governo, o coordenador de economia aplicada do Ibre-FGV, Armando Castelar Pinheiro, já havia chamado a atenção para o quanto a recessão explicava a crise dos combustíveis. "Tudo isso que foi feito [pelo governo] é um espantalho. O problema real é uma economia deprimida", afirmou.

A recessão não afetou os caminhoneiros em apenas uma frente. Em relatório, a equipe econômica da AC Pastore lembra que os preços mercado internacional subiram 20% em pouco mais de dois meses, atingindo US\$ 80 por barril. O movimento, aliado à desvalorização do câmbio, levou o preço do petróleo no mercado interno "ao nível mais alto" desde que o real entrou em vigor. Castelar, do Ibre-FGV, lembra também que a última vez em que houve uma combinação dessa magnitude entre petróleo caro e câmbio desvalorizado foi há 15 anos. A lenta recuperação econômica, por sua vez, limitou o repasse da alta para os contratantes dos fretes. Isso impediu que o encarecimento do combustível tivesse impactos inflacionários perceptíveis, mas reduziu a margem de lucro dos caminhoneiros, desorganizando o setor.

A queda da demanda em 2014, segundo Maurício Lima, sócio-diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), foi acompanhada já no ano seguinte pelo recuo no licenciamento de caminhões, o que ajudou a controlar a oferta. De 2013 até 2016, os emplacamentos passaram de 154,5 mil para 50,2 mil, recuo de 67,5%, segundo a Federação Nacional de Distribuição de Veículos

(Fenabreve). De acordo com Lima, em 2015 e 2016 os emplacements foram insuficientes até para cobrir a taxa de depreciação do setor.

Desde maio do ano passado, porém, Lima diz que a demanda pelo transporte rodoviário vem se recuperando mais rapidamente do que setores como a indústria. "Há uma restrição de outros modais", o que deixa os produtores reféns do transporte sobre rodas, de acordo com Lima.

Borges, da LCA, acrescenta que, na comparação entre o acumulado de janeiro a maio deste ano com o mesmo período do ano passado, há uma alta de 54% dos licenciamentos de caminhões. No dado dessazonalizado anualizado, o licenciamento em maio ficou na casa das 70 mil unidades, "claramente acima da depreciação do estoque", em torno de 50 mil unidades. Tudo isso, segundo ele, reforça a ideia de que não houve excesso de oferta.

Para Nelson Barbosa, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda durante o governo Dilma Rousseff e também pesquisador do Ibre-FGV, o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) pode ser criticado por seu custo fiscal, mas não faz sentido responsabilizar pelos problemas atuais um programa que teve o seu auge há cinco anos. "A crítica do custo fiscal é uma crítica válida. E é óbvio que, se houvesse menos caminhões, haveria menos oferta. Mas não dá para ignorar o elefante no meio da sala. E o elefante no meio da sala é o aumento do imposto sobre combustíveis e da cotação internacional do petróleo, combinada com a desvalorização do câmbio", diz o economista.

Barbosa lembra que, adicionalmente a uma alta de tributos feita na sua época de governo em fevereiro de 2015, o governo Temer, premido pela falta de recursos, elevou novamente o PIS/Cofins sobre os combustíveis em julho de 2017. "Não houve greve na época porque o preço do petróleo estava algo estável", diz. Naquele momento, a Petrobras já tinha mudado a política de preços, primeiro repassando periodicamente as oscilações do mercado internacional, e depois diariamente. Quando ocorre a disparada do petróleo em 2018, juntam-se as duas coisas: imposto e cotação internacional.

Borges, da LCA, admite que há indícios de que pode ter havido "uma expansão excessiva da frota" de caminhões. Um deles é que a carga média por caminhão caiu 3,9% no biênio 2012- 2013 em relação ao período 2003- 2011. Ele diz, no entanto, que "a queda pode ter decorrido, ao menos parcialmente, de uma maior utilização de ferrovias e outros modais".

Borges ressalta ainda que a situação dos caminhoneiros se agravou de vez com a alta dos preços do combustível. Nos cálculos dele, os custos do setor de transporte de cargas rodoviárias subiram 4% acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre meados de 2016 e abril deste ano.

Justiça suspende novo teto do funcionalismo de SP

Valor Econômico - 13/06/2018

Atendendo a uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) da Prefeitura de São Bernardo do Campo, a Justiça de São Paulo concedeu liminar que exclui os municípios paulistas da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que elevou o teto salarial dos servidores municipais e estaduais.

A prefeitura de São Bernardo alega violação do pacto federativo e argumenta que a PEC atingiu dispositivo da Constituição estadual. O desembargador Renato Sartorelli acatou o pedido e suspendeu a aplicação da PEC a servidores municipais até ser julgada a ADI.

Na liminar, o desembargador diz que a inclusão dos municípios na PEC pode "acarretar transtornos à administração local em face da imposição de regras ao regime remuneratório dos servidores municipais, com evidente impacto orçamentário pela geração de despesas aos cofres públicos".

A Proposta de Emenda Constitucional 5 foi aprovada pelos deputados estaduais no dia 5 de junho por 67 votos a 4 e promulgada no sábado (dia 9). Por ser PEC, não precisou ser sancionada pelo governador Márcio França. A proposta foi iniciativa do deputado Campos Machado (PTB) e inclui carreiras como fiscais de renda, professores universitários, engenheiros, servidores da própria Assembleia Legislativa e auditores fiscais.

Com a aprovação, a referência para o teto do funcionalismo do Estado e municípios paulistas muda: o máximo, que era o salário do governador, de R\$ 22.388,14, passa a ser o do procurador do Estado e desembargadores do Tribunal de Justiça, que é de R\$ 30.471,11.

O aumento do teto foi criticado pelo governo paulista, que o considerou "injusto e fora de hora". Segundo o governo, o impacto da medida será de R\$ 1 bilhão por ano nos cofres públicos apenas no funcionalismo estadual.

Caixa leiloa imóveis em grandes lotes

O Globo - 13/06/2018

Com um volume recorde de imóveis retomados em estoque, a Caixa anunciou ontem que vai realizar, pela primeira vez, um leilão no atacado. São ao todo 6.013 imóveis — espalhados por todo o Brasil —, que serão vendidos em dois lotes, com um desconto médio de 30% sobre o preço de avaliação, totalizando um valor mínimo de R\$ 1,17 bilhão. O modelo deve ser, a partir de agora, replicado por outros grandes bancos do país, avaliam especialistas. É efeito da crise, que fez a inadimplência decolar, transformando as instituições financeiras em bancos de ativos recuperados. Ao todo, já são R\$ 12,2 bilhões em bens retomados, sobretudo imóveis, nos principais bancos. Somente na Caixa são R\$ 8,4 bilhões.

Fundos de investimento do Brasil e do exterior, dizem fontes de mercado, vêm demonstrando interesse em adquirir esses ativos com preço lá em baixo para, após a recuperação da economia, revendê-los com lucro. Apostam em demanda reprimida, num país em que o déficit habitacional bateu 6,1 milhões de residências, segundo estudo da Fundação Dom Cabral de 2015, usando dados do IBGE.

— A Caixa é, de longe, a maior proprietária de imóveis no Brasil hoje. E está trabalhando para dar liquidez a esse patrimônio constituído de bens retomados. Como banco público, a Caixa não pode negociar com interessados de forma isolada. Então, este primeiro leilão será um termômetro do interesse desses fundos — afirma um executivo do mercado imobiliário que prefere não se identificar.

A estratégia do banco é testar o apetite dos investidores e se desfazer aos poucos de um estoque de 46 mil unidades retomadas (entre apartamentos e casas), o mais elevado em quase duas décadas. Até agora, a Caixa adotava um modelo tradicional de leilão, com operações individuais nos feirões da casa própria. Em 2017, a instituição vendeu 10.526 unidades nesse formato e arrecadou R\$ 1 bilhão.

Maioria dos imóveis está ocupada

De acordo com o banco, a nova metodologia permitirá reduzir os custos desse tipo de operação em 65% devido a ganhos de escala. O público-alvo são grandes conglomerados. No edital, a Caixa explica que as ofertas podem vir de pessoas físicas ou jurídicas, do Brasil ou do exterior, incluindo fundos de investimento e entidades de previdência complementar.

A maioria dos imóveis, contudo, está ocupada. A Caixa destaca no edital do leilão que há imóveis com ações judiciais em andamento, mas que não impedem a venda. Garante, contudo, que, em caso de perda do imóvel posteriormente ao processo por decisão da Justiça, o banco devolverá os valores ao comprador. Caberá ao comprador cuidar da desocupação.

Segundo interlocutores do banco, o acúmulo de imóveis retomados é resultado da própria expansão da carteira de crédito habitacional, que atingiu cerca de cinco milhões de unidades financiadas, e da crise na economia, com aumento do desemprego e da inadimplência.

Em média, a avaliação dos imóveis a serem leiloados é de R\$ 200 mil, mas existem unidades de até R\$ 6 milhões, diz a Caixa. Os maiores volumes de imóveis estão em Minas Gerais (1.168), São Paulo (1.167) e Maranhão (459). No Rio de Janeiro são 308.

As ofertas pelos lotes serão lidas em 2 de agosto, em um evento em São Paulo.

Segundo o especialista José Urbano Duarte, ex-vice presidente de Habitação da Caixa, ao se desfazer desses imóveis, o banco reduz gastos com condomínio e IPTU, além de melhorar o balanço ao trazer de volta recursos dados como perdidos por calote. Ele não quis arriscar uma avaliação sobre o resultado do leilão, alegando que a medida é inédita.

— É uma coisa absolutamente nova. Vai ser um teste — disse Duarte, destacando que o ritmo fraco da atividade econômica e o fato de serem imóveis usados diminuem a atratividade do leilão.

O mercado, porém, acredita haver interesse nesse tipo de imóvel.

— É sabido no mercado que há fundos de investimento do Brasil e do exterior interessados em comprar lotes de imóveis retomados pelos bancos com um deságio maior, para lucrar com a venda desses ativos mais adiante. Grande parte da clientela da Caixa é de classe média, a camada da população que foi mais afetada pela crise. Mas é também um segmento com grande demanda por imóveis, e que voltará a comprar quando a economia melhorar — explicou um executivo do mercado imobiliário.

Operação para grande investidor

Especialistas concordam que o leilão no atacado, anunciado pela Caixa, é uma forma de o banco melhorar seus indicadores e se capitalizar para continuar concedendo novos empréstimos.

— Esse leilão é para investidores muito grandes — afirmou Luiz Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Embora tenham uma avaliação positiva do leilão, representantes da indústria da construção concordam que a venda destes megalotes não é garantida. Flavio Amary, presidente do Secovi-SP, por exemplo, explica que o sucesso “depende muito da avaliação que foi feita dos imóveis para a precificação”. Para ele, os compradores devem ser um grande fundo ou uma gestora de patrimônio.

Na visão do presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antônio França, fazer o leilão no atacado é “uma estratégia que qualifica o lote”.

— Como o valor a ser investido é muito alto, só vai participar do leilão quem conhece o mercado e tem muito dinheiro em caixa. A operação não deve ter impacto na dinâmica do mercado imobiliário, porque o comprador vai ter que esperar para começar a comercializar as unidades. E pelo fato de as unidades serem espalhadas por todo o país, vai depender da dinâmica do mercado de cada região.

No balanço de Itaú, Santander e Bradesco, além do Banco do Brasil, há pelo menos R\$ 4 bilhões declarados como bens que foram retomados. Segundo

França, da Abrainc, as instituições financeiras fazem leilões periódicos destes ativos para pessoas físicas.

Luis Miguel Santacreu, especialista em bancos da Austin Rating, diz que a oferta desse grande volume de ativos pela Caixa não é usual, mas o movimento é positivo, porque deve ajudar o banco a se capitalizar se o leilão for bem-sucedido. Ele lembra que a Caixa não tem agora a opção de contar com aportes de recursos públicos, nem de abrir capital, por causa do momento ruim do mercado financeiro e do cenário político.

Supersalários: votação adiada

Correio Braziliense - 13/06/2018

Em meio a muita controvérsia, a votação do projeto (PL 6.726/2016) que define o que deve ser submetido ao teto remuneratório dos servidores previsto na Constituição — de R\$ 33, 7 mil mensais — foi novamente adiada, devido a pedido de vista coletivo na comissão especial que analisa o tema. O relator da proposta, deputado Rubens Bueno (PPS-RS), apenas leu o texto de 101 páginas, que corta penduricalhos, limita o pagamento dos supersalários e impõe pena de prisão de 2 a 6 anos a quem autorizá-los. Segundo Bueno, será feito um esforço para que a matéria volte à pauta até o fim do mês.

Os presidentes da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano; da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Roberto Veloso; da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho; e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, criticaram o documento. Para eles, há inconstitucionalidades (como a inclusão de verbas indenizatórias no teto), falta de legitimidade (o projeto deveria ser da Câmara, não do Senado), e o fato de que a medida moralizadora atinge apenas magistrados e procuradores, deixando de fora os deputados, que também recebem, por exemplo, auxílio-moradia de R\$ 4,1 mil.

“Isso é falsidade intelectual. Eles ganham mesmo morando no local onde trabalham e os parlamentares recebem o benefício porque estão fora de seus estados”, reagiu Bueno. O projeto mira também nas licenças-prêmio, nas diversas indenizações e nas férias de 60 dias. “Somando as férias forenses, são 88 dias de folga. Nenhum trabalhador tem isso”, assinalou o relator.

Peso do lucro dos bancos no crédito chega a 14%

Correio Braziliense - 13/06/2018

Após três anos sem fazer um mapeamento anual do mercado de crédito nacional, o Banco Central(BC) divulgou ontem o Relatório de Economia Bancária, com discurso muito semelhante ao do setor bancário. Durante a apresentação do documento, o diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, afirmou que o lucro dos bancos não é o maior vilão do

spread (diferença entre o custo de captação e a taxa cobrada de quem pega empréstimo). Para ele, o principal componente é a inadimplência, que teve um peso de 38,3% na formação do spread em 2017, e é crescente. Em 2015, esse percentual foi de 35,25%, de acordo com o relatório. No mesmo período, o peso do lucro dos bancos no spread bancário foi de 14,04%,

“A mensagem aqui é que a inadimplência é o componente com maior peso no ICC (Indicador de Custo do Crédito)”, resumiu. O mesmo estudo, entretanto, mostra que a inadimplência vem caindo. Segundo ele, quanto maior for essa taxa, maiores serão os juros necessários para cobrirem a perda com os calotes. “O peso da inadimplência é elevado. Queremos que o custo do crédito caia, mas precisamos buscar uma queda sustentada desse custo. Uma queda temporária e efêmera não vai gerar benefícios para a sociedade, e, por isso, nosso foco na agenda BC+ caminha nessa direção”, destacou

Ele defende maior concorrência. Outros itens com peso significativo no spread em 2017 foram despesas administrativas, de 25,5%, e tributos e Fundo Garantidor de Crédito (FGC), de 22,1%. Segundo Viana, a Selic “é apenas um componente do custo de captação” e, portanto, o impacto de sua redução nos últimos anos, apesar de expressivo, é pequeno nos juros cobrados pelo mercado.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, elogiou a reavaliação dos principais componentes do spread bancário contidos no novo relatório do BC. Conforme ele, a análise anterior mostrava que os custos da intermediação financeira representavam 77% do spread e agora são 86%, sendo que a parte referente ao lucro representa 14,04%. “Para reduzir esse nível, um desejo de todos nós, precisamos reduzir custos de inadimplência e de operação e a carga tributária. Todos que entram no mercado para competir têm as mesmas condições. Só a competição não vai resolver esse problema”, destacou.

De acordo com o relatório do BC, o mercado total de crédito cresceu 3,3% em 2017 sobre o ano anterior, para R\$ 3,3 trilhões, dado inferior aos R\$ 3,5 trilhões de 2015. O estudo mostrou ainda que tanto a inadimplência quanto o endividamento das famílias diminuíram entre 2016 e 2017. “A trajetória da inadimplência do segmento de pessoas físicas, que atingiu 3,5% em dezembro de 2017, foi a menor taxa desde o início da série histórica”, informou o documento.

Metodologia

O estudo, com 138 páginas, faz um panorama do setor e revela, pela nova metodologia do BC, uma redução do peso da rentabilidade dos bancos no spread, já que, no ano passado, foi de 14,04% ante 14,4%, de 2016 e 16,24%, de 2015. Essa diminuição, entretanto, está na contramão do lucro dos principais bancos nacionais, que é crescente e, entre 2016 e 2017, teve alta de quase 15%, somando R\$ 57,6 bilhões.

“A metodologia antiga de cálculo do spread era ruim e essa nova continua ruim. Faltou transparência, porque o governo ainda não consegue mostrar de forma clara qual é o verdadeiro custo do crédito”, avaliou o consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Febraban.

Setor é dominado por poucas instituições

Correio Braziliense - 13/06/2018

O Relatório de Economia Bancária (REB) do Banco Central, divulgado ontem, mostrou que a concentração do mercado financeiro continua elevada no Brasil. De acordo com o estudo, apenas os cinco maiores bancos nacionais detêm 76,1% do crédito pessoal e são donos de mais de 80% dos ativos do setor. Duas instituições públicas dominam 39,8% do segmento de crédito pessoal, enquanto os três maiores bancos privados detêm outros 36,3%, totalizando 76,1% do bolo.

Conforme um comparativo apontado pelo BC com base em dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), a participação das cinco maiores instituições bancárias nos ativos totais do setor teve um crescimento bem forte entre 2006 e 2016, passando de 60% para 82%. Essa taxa é mais alta que a de países emergentes, como China, Índia, México e Coreia do Sul, de 37%, 36%, 70% e 62%, respectivamente.

O diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana de Carvalho, afirmou que a concentração não é a razão de os juros serem elevados. “Não existe uma evidência empírica embasada sobre isso. O ponto dessa ideia de que é preciso reduzir a questão do spread de forma estrutural. E isso não é uma solução fácil”, disse ele, defendendo maior concorrência no mercado.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, reconheceu que o esforço para reduzir custos operacionais e ganhar eficiência depende dos bancos, e também do governo, do Legislativo e do Judiciário. Ele ainda lembrou que os bancos revisaram as projeções de crescimento econômico, indicando que a recuperação não ocorrerá na velocidade esperada. Isso devido ao “choque do petróleo e os juros nos Estados Unidos, que vão subir mais rápido do que se esperava. No Brasil, tivemos um choque grande com a greve dos caminhoneiros. Isso reduziu as expectativas de crescimento para este ano de 3% para 2%. Mas isso é o dobro do que crescemos no ano passado”, disse.

Projeto no Senado abre a ‘caixa-preta’ dos beneficiários de incentivos fiscais

DCI - 13/06/2018

O plenário do Senado aprovou ontem (12) texto-base do projeto em tramitação no Congresso que se destina a abrir a “caixa-preta” de beneficiários de incentivos fiscais, autorizando o governo a divulgar a lista das empresas contempladas com reduções ou isenções tributárias.

O texto do PLS 188/2014 altera o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) para acrescentar mais uma possibilidade de fiscalização não abrangida pela regra do sigilo fiscal. Há exceções, como no caso de requisição de Juízes ou inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública.

O controle social que poderá ser exercido pelo cidadão é a principal justificativa que levou a matéria a ser aprovada em maio passado, na Comissão de Assuntos Econômica (CAE) do Senado, com relatoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Se aprovada na Câmara e sancionada pelo presidente da República, a proposta permitirá à sociedade conhecer os setores produtivos favorecidos pelos R\$ 283,4 bilhões que o governo federal deixará de arrecadar somente neste ano por renúncia fiscal.

Em seu texto substitutivo, a senadora agrupou a divulgação dos dados apenas de pessoas jurídicas por concentrarem a quase totalidade da renúncia fiscal. A manutenção de pessoas físicas será votada nesta quarta-feira (13). A parlamentar justificou a retirada do texto original. “Para que não haja violação indevida da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, parece importante alterar a redação do futuro dispositivo para que seja autorizada divulgação de informações apenas de incentivos ou benefícios fiscais de natureza setorial cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas”, disse Lúcia Vânia.

Segundo a senadora, a divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. “São esses que podem distorcer indevidamente o princípio da isonomia. Parece não haver razão para tornar públicas informações de benefícios usufruídos por pessoas físicas”, afirma a relatora no parecer.

Obstrução

A mudança feita pela relatora gerou protestos do líder do PT, senador Lindbergh Farias (RJ). Ele defende que a divulgação inclua os lucros e dividendos pelas empresas, distribuídos aos sócios que são isentos. “Temos que divulgar esses beneficiários que recebem milhões sem pagar tributos”, disse.

Pesou na decisão de Lúcia Vânia o dado mais recente divulgado pela Instituição Financeira Independente (IFI) do Senado sobre descontos no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Esse benefício somou, em 2015, apenas 5,69% da renúncia de R\$ 270 bilhões nesse ano. A oposição, no entanto, quer o texto original, que inclui “pessoa física” e avisou que pretende obstruir a votação, hoje (13), das emendas de Lúcia Vânia.

Transparência

Autor da proposta, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), diz que o objetivo é incluir entre as exceções a divulgação dos beneficiários de renúncia de receita fiscal. Na justificativa do projeto, o parlamentar autoriza a transparência nas informações prestadas pelos órgãos da administração pública destinados à arrecadação e à fiscalização de tributos.

Segundo Randolfe, privar o cidadão brasileiro de ter acesso a informações dessa natureza cerceia a sua capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais “benevolências” indevidas concedidas a pessoas físicas e jurídicas.

Lúcia Vânia acrescentou ainda dispositivo para autorizar agentes do Fisco a confirmar informações prestadas por beneficiários de programas sociais do governo. O objetivo é evitar fraudes, como o recebimento de benefício por quem não preencha requisitos de renda, por exemplo.

Autor da lei que criou os portais de transparência, em 2010, o senador João Capiberibe (PSB-AP), aponta que a divulgação de dados para controle da sociedade é a melhor forma de combate à corrupção. “Precisamos dar publicidade aos beneficiários de isenção fisca

Em maio, na CAE, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, defendeu a revisão no Congresso da política de concessão de benefícios tributários para garantir o reequilíbrio das contas públicas. Para a IFI, a perda de receitas pode aumentar ainda mais. Isso porque, de acordo com estimativas da Receita, se todos os projetos em análise na CAE, que tratam de desoneração tributária (cerca de 60), fossem aprovados, a perda seria de R\$ 667 bilhões até 2020, o equivalente a 3% do produto interno bruto (PIB) entre 2018 e 2020.

O IFI do Senado argumenta também que o governo não dispõe de mecanismos para avaliar os efeitos gerados, sejam positivos ou negativos, pelos incentivos fiscais.

Fluxo de visitantes em shopping cai

DCI - 13/06/2018

O fluxo de visitantes em shopping centers do Brasil caiu 2,29% em maio ante o mesmo período de 2017, diz a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). "Nos últimos quatro meses tivemos alta de fluxo na média de 3%. A queda no mês de maio é um reflexo da paralisação dos caminhoneiros autônomos que impactou o fluxo de visitantes nos empreendimentos", disse Glauco Humai, presidente da Abrasce, em nota. Comparado a abril, contudo, houve alta de 1,12% no fluxo em maio, segundo o Índice de Visitas a Shopping Centers (IVSC), feito em parceria com a FX Retail Analytics, devido ao Dia das Mães .

Aumenta número de setores com alta na receita tributária

DCI - 13/06/2018

Das 99 atividades econômicas listadas pela Receita Federal, 89 apresentaram recuperação na receita tributária entre janeiro e abril, enquanto em igual período de 2017, apenas metade dos setores (51) havia retomado arrecadação.

A perspectiva, no entanto, é que o número de segmentos com avanço na geração de receita tributária perca fôlego nas próximas divulgações, tendo em vista o recuo nas expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano.

O cenário deve comprometer ainda mais o quadro fiscal do governo federal, aprofundando incertezas e, com isso, afugentando investidores que seriam importantes para ajudar a impulsionar a economia.

“Todo esse cenário de indefinição reflete na arrecadação do governo, que já tem um orçamento apertado para cumprir até o final do ano”, afirma a coordenadora do curso de administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas, Leila Pellegrino.

Ela diz que a trajetória de retomada da receita de impostos nos primeiros quatro meses do ano esteve bastante em linha com a expectativa de uma recuperação mais consistente e contínua da economia, no início do ano.

Tributos federais como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por exemplo, variam muito de acordo com as estimativas de lucro das empresas para o ano.

Dados da Receita mostram que no primeiro quadrimestre, a arrecadação de impostos federais oriunda do comércio atacadista cresceu 17,5% acima da inflação, para R\$ 28,9 bilhões, enquanto o varejo avançou 10,3%, a R\$ 22 bilhões, ante igual período de 2017. A receita tributária da fabricação de combustíveis, por sua vez, saltou 60%, para R\$ 22 bilhões.

Em matéria publicada na última segunda-feira no DCI, “Greve, eleições e Copa do Mundo podem desacelerar receita de ICMS”, especialistas explicaram que a alta dos preços dos combustíveis também puxou o aumento da arrecadação de ICMS pelos governos estaduais.

No entanto, o cenário de expansão de receita tributária ficou comprometido, diante do aumento da incerteza. O professor de economia da ESPM, Orlando Assunção Fernandes, destaca que, em apenas um mês, a projeção do mercado para o PIB de 2018 caiu mais de 0,50 pontos, ao recuar de 2,51% para 1,94%, como mostrou o Boletim Focus do Banco Central (BC), na última

segunda. Em meados de fevereiro, os analistas previam crescimento de 2,70% para este ano.

A queda das expectativas em um mês refletiu os impactos econômicos da paralisação da greve dos caminhoneiros durante 11 dias, em maio. Consultorias ouvidas pelo jornal, após o término da mobilização, apontaram que a previsão de PIB para o segundo trimestre recuou de uma margem de expansão de 1,9% e 2,8% para um intervalo entre 1,4% e 2%, na margem, ou seja, ante o primeiro trimestre – período em que a economia expandiu 0,4%.

Serviços financeiros

Uma das dez atividades econômicas que tiveram queda na geração de receita à União foi o setor de serviços financeiros, cuja arrecadação diminuiu 8% em termos reais (descontada a inflação), para R\$ 54 bilhões. Este segmento é o que mais gera receita ao governo federal. Leila avalia que a dificuldade de recuperação do setor é explicada pela fraqueza do consumo no País. “Com elevado nível de desemprego e sem crescimento na renda, as pessoas realizam menos compras, diminuindo as transações financeiras e, conseqüentemente, a arrecadação tributária que vem dessas operações”, elucida a especialista. “Sem recuperação no mercado de trabalho, dificilmente veremos alta na receita tributária dos serviços financeiros”, reforça Leila, do Mackenzie.

Fernandes acrescenta que a fraca recuperação da contratação de empréstimos também impacta negativamente a arrecadação de tributos dessas atividades. “As pessoas não estão tomando mais crédito por estarem muito restritivas em seu consumo”, comenta. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide sobre operações como cartão de crédito, cheque especial, empréstimos, financiamentos, entre outros.

Leila destaca que o grau elevado de incerteza em relação às eleições deste ano deve continuar retraindo as compras das famílias, impactando a geração de receita de impostos de outros setores ligados ao consumo, como o comércio e os serviços.

Para a especialista, até mesmo a arrecadação dos segmentos ligados à exportação pode perder fôlego. “A mudança recente na tributação do Reintegra, para atender às demandas dos caminhoneiros, cria um ônus para a empresa exportadora”, comenta. Leila Pellegrino ressalta que isso não significa que as vendas externas irão retrair – até porque a desvalorização do real frente ao dólar tende a favorecer essas operações –, mas, sim, que as companhias exportadoras, por terem sido reoneradas, podem diminuir o ritmo de atividade.

Para poder conceder o desconto de R\$ 0,46 no diesel aos caminhoneiros, o governo federal decidiu, na semana passada, reduzir a alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%. De acordo com projeções da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), a medida provocará um prejuízo de R\$ 13,3 bilhões para a economia do País. O Reintegra devolve às empresas uma parte do valor

exportado em produtos manufaturados por meio de créditos do PIS e Cofins. A redução de alíquota está em vigor desde o início deste mês.

Além de serviços financeiros, outras atividades que registraram queda na arrecadação tributária foram fabricação de eletrônicos (-0,65%, a R\$ 3,9 bilhões); atividades auxiliares de transportes (-0,14%, a R\$ 3,5 bilhões) e atividades imobiliárias (-0,30%, a R\$ 3,8 bilhões).

Pesquisa mostra que 76% dependerão da previdência social para sobreviver

DCI - 13/06/2018

Três a cada quatro brasileiros (ou 76% da população) admitem que dependerão principalmente ou totalmente da aposentadoria pública do INSS para sobreviver.

É o que revela a pesquisa Fenaprevi-Ipsos divulgada ontem, cujo levantamento alcançou 1,2 mil consultados em 72 municípios espalhados em todas as regiões do País. Segundo os dados, 48% responderam que se o dia da aposentadoria fosse hoje, dependeriam totalmente da aposentadoria pública para se sustentar; e 28% disseram que dependeriam muito.

Em menor escala, 18% responderam que dependeriam pouco; 3% que não dependeriam em nada do INSS, e 3% não souberam responder.

“O levantamento mostrou que mesmo com intenso debate sobre o tema da reforma da previdência nos últimos dois anos, nós – como sociedade – falhamos em passar a mensagem adequada para a população”, afirmou o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), Edson Franco.

O executivo lembrou projeções já divulgadas pelo governo, que sem a aprovação de uma reforma da previdência social, em menos de 10 anos, 60% dos recursos do orçamento serão consumidos no pagamento de aposentadorias e pensões. Atualmente, esse percentual está em torno de 45%.

“O envelhecimento da população é uma questão demográfica. Sem a reforma, o déficit do INSS vai crescer de forma exponencial nos próximos anos”, avisou Franco. Ele contextualizou que, no ano passado, o déficit do INSS atingiu R\$ 180 bilhões e atendeu 27 milhões de pessoas; e que o déficit das aposentadorias e pensões dos servidores públicos foi equivalente para atender 3 milhões de pessoas.

“Isso é justo? Não. Nós da Fenaprevi defendemos um sistema de igualdade, que não haja privilégios e seja igual para todos, sem concentração de renda. A somatória dos dois déficits anuais é o grande problema das próximas décadas”, alerta o presidente. A expectativa é de um déficit no INSS de R\$ 200 bilhões neste ano.

Mesmo com números tão ruins, a pesquisa, detalhada ontem, mostrou uma realidade de desinformação e de distorção na percepção da população. Pelos dados, 51% dos entrevistados consideram que o modelo da previdência social é sustentável, ou seja, que pode continuar assim, e 53% afirmam que o INSS deve se manter com o montante arrecado para previdência. “O déficit existe e aumenta ano a ano”, ressalta o presidente.

Outra incoerência apontada nas respostas, é que outros 31% dizem que o INSS deve se manter com o montante reservado e também com recursos de outras áreas do governo. “É tirar dinheiro da saúde e da educação para pagar aposentadorias e pensões”, diz.

Para 75% dos consultados, o principal problema da falta de recursos para previdência social é a corrupção, e apenas 15% dos respondentes atribuem ao modelo vigente e ao envelhecimento da população, e 10% não souberam responder essa questão. “A corrupção é um problema, sim. Mas não é a causa do déficit”, disse.

Franco contou ainda que a medida que aumenta a escolaridade dos entrevistados, cresce a resistência ao tema da reforma da previdência. Entre os que possuem nível superior, 40% dizem que a reforma não é necessária, ao passo, que entre em não tem instrução, apenas 25% são contra.

Entre os que tem ensino superior, 25% querem se aposentar antes dos 60 anos; 32% aos 60 anos; e 3% querem se aposentar entre 61 e 64 anos. Ou seja, 60% das pessoas com ensino superior pretendem se aposentar antes dos 65 anos, a idade recomendada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o grupo dos países considerados desenvolvidos.

Já no grupo de entrevistados com o ensino fundamental I, apenas 44% buscam se aposentar antes dos 65 anos. Isso se explica porque nesse grupo, a maior parte das aposentadorias já é por idade, e não por tempo de contribuição.

Entre as preocupações do futuro, 32% estão apreensivos com os gastos com remédios; 28% com plano de saúde; 15% com segurança; 12% com a educação dos filhos e 11% com a moradia e o aluguel.

Plano privado

Diante da realidade dos números, Edson Franco lembrou que a previdência complementar (privada e aberta) só alcança 6,5% da população brasileira. “Temos um potencial enorme de crescimento”, destacou. A pesquisa mostrou que 60% dos entrevistados acham necessário ter um plano complementar de previdência, e 20% estariam dispostos a poupar até 10% do seu salário para a fase de aposentadoria, e 11% estariam dispostos a poupar entre 11% a 20% do salário mensal. Entre as maneiras que pretendem garantir o sustento na aposentadoria, 43% admitem que vão continuar trabalhando.

O risco de cada um

O Estado de S. Paulo - 13/06/2018

Monica De Bolle

O alvoroço da semana passada nos mercados brasileiros causado pela disparada súbita do dólar, por especulações de que a cotação da moeda americana pudesse chegar a R\$ 5, e pela pressão para que o Banco Central respondesse elevando os juros, como fizeram recentemente Argentina, Turquia e Índia, expôs os diferentes tipos de vulnerabilidade que afetam os países emergentes. Desde que a debandada de investidores desses mercados teve início, no fim de abril, os temores relativos a diferentes países se acentuaram. Contudo, o risco de cada um pede avaliação mais criteriosa.

A Argentina, após sofrer intensa corrida contra sua moeda em maio, acaba de receber significativo apoio do FMI. No fim da semana passada, foi anunciado um “Stand-by Arrangement” (SBA) – a linha tradicional de empréstimos do Fundo – de US\$ 50 bilhões a serem desembolsados ao longo dos próximos 36 meses após as usuais avaliações trimestrais. O montante do programa da Argentina equivale a 1.100% de sua cota no FMI, o que o caracteriza como “excepcional” de acordo com as diretrizes do organismo internacional – geralmente, o acesso aos recursos do FMI no âmbito de um SBA não deve exceder 435% da cota ao longo da vigência do programa.

Apenas para lembrar os leitores, a Argentina recorreu ao FMI no início de maio, após intensa especulação contra o peso. A turbulência teve origem na saída de investidores de países emergentes, porém ganhou intensidade no caso argentino pelas vulnerabilidades do país: déficit externo de 5,5% do PIB, reservas abaixo dos níveis considerados adequados pelo FMI, necessidade de dólares para cobrir pagamentos da dívida externa. Embora a situação argentina permaneça volátil, o tamanho do pacote do FMI negociado rapidamente revela o apoio da comunidade internacional às medidas e reformas econômicas do governo Macri, que tem penado para consertar anos de desvarios sob a tutela de Cristina Kirchner.

A Turquia, outro país severamente atingido pela onda de aversão ao risco dos mercados, tem situação semelhante à da Argentina, com graves riscos no balanço de pagamentos e no montante de reservas internacionais de que dispõe. Na verdade, a posição da Turquia assemelha-se à da Argentina, com déficit externo elevado, necessidade de divisas, e reservas abaixo dos níveis recomendados pelo FMI. Ao contrário do país sul-americano, entretanto, a Turquia não recorreu ao FMI – ao menos, não ainda. O Banco Central de lá elevou os juros e tem atuado nos mercados de câmbio para conter o deslize da lira.

O terceiro país que se viu forçado a elevar os juros para conter a forte desvalorização de sua moeda foi a Índia. O país tem vasto colchão de reservas

internacionais – um excedente de cerca de US\$ 200 bilhões usando-se a métrica do FMI – e um déficit externo de mais ou menos 2% do PIB. Contudo, as empresas indianas estão mais expostas do que as empresas de outros países emergentes a determinados riscos externos, conforme documentou recentemente um estudo do Fed, o Banco Central dos EUA. Portanto, a tentativa de frear a desvalorização da rupia por meio da alta de juros teve como um de seus objetivos evitar que empresas com dívidas em dólares sofressem uma elevação abrupta de seu passivo caso estivessem sem cobertura cambial.

Não há dúvida de que, com a aproximação das eleições e a indefinição do quadro, mais surtos de turbulência virão

Ao contrário desses três países, o Brasil não tem déficit externo elevado, não tem necessidades de divisas estrangeiras para fazer frente às suas obrigações externas, não tem dívidas corporativas em dólares tão elevadas como as da Índia, e dispõe de amplas reservas internacionais, conforme discuti em artigo da semana passada. Portanto, a turbulência brasileira teve origem não apenas na mudança de humor dos mercados internacionais em relação aos ativos de países emergentes, mas também nas ramificações políticas da crise dos caminhoneiros, e na tardia avaliação dos riscos políticos que o País enfrentará nos próximos meses.

A resposta célere do Banco Central no fim da semana passada, sublinhando a ausência de riscos no balanço de pagamentos, o comprometimento com o regime de câmbio flutuante e a descrição transparente das medidas para acalmar os mercados de câmbio, foi certa. Não há dúvida de que, com a aproximação das eleições e a indefinição do quadro, mais surtos de turbulência não de vir. No entanto, por ora, temos margem de atuação maior do que outros países, apesar do imenso rolo fiscal que o próximo governo terá de enfrentar. Cada qual com o risco que merece.

2019 (IV), o ajuste do gasto

Valor Econômico - 13/06/2018

Fabio Giambiagi

Este é o quarto artigo da série de oito temas, como contribuição para a "Agenda 2019" que aguarda o futuro presidente a ser eleito em outubro. O assunto hoje é o ajuste do gasto público, de modo a permitir o cumprimento da regra do teto da despesa aprovada em 2016, sem estrangular o espaço de rubricas importantes de dispêndio. A agenda se divide em três categorias, que deixam fora INSS e Loas/RMV (47% da despesa exceto transferências a Estados e municípios), despesas constitucionais ou legalmente rígidas (17% do total) e rubricas onde se dá a ação por excelência das políticas públicas ou que não deveriam ser sujeitas a cortes (9% do total).

As 3 categorias restantes, que somaram 27% do total em 2017, são:

1. Pessoal. Pelo seu peso (R\$ 284 bilhões em 2017, aproximadamente 4,3% do PIB e em torno de 22% do gasto primário exclusive transferências a Estados e municípios) merece uma reflexão específica. Trata-se de uma rubrica que era de 3,9% do PIB em 2014 e que em 2017 teve um crescimento real de 6%, utilizando o deflator implícito do PIB. Aqui a prescrição é mais ou menos óbvia. Primeiro, depois de 2019, definir um congelamento nominal da despesa para 2020, estipulando um reajuste nominal de, por exemplo, 0,5% para 2021 e 1% ao ano para 2022: será preciso reduzir o valor real dessa despesa, para abrir espaço para o crescimento de outros itens, em um quadro de vigência do teto da despesa. E segundo, propor uma Lei de Greve que puna com o corte de ponto as categorias que fizerem paralisações, evitando que o governo fique em xeque diante das reações corporativas.

2. Despesas passíveis de redução. São representadas por duas grandes rubricas: Fies e subsídios e subvenções. A soma de ambas foi de R\$ 25 bilhões em 2017, ou seja, 0,4% do PIB e em torno de 2% daquele total de gasto. A proposta é que estas rubricas caiam até a metade em termos reais até o final do próximo governo, em 2022, devido à ação deliberada do governo no sentido de reduzir esse tipo de atuação governamental.

3. Despesas elimináveis. Trata-se de um conjunto de itens que deveriam, pura e simplesmente, ser zerados. Eles corresponderam em 2017 a um valor somado de R\$ 40 bilhões, representando 0,6% do PIB e 3% do gasto total. Aqui cabe ter um olhar mais detalhado sobre a questão, daí a necessidade de decompor e explicar melhor o ponto. É o que fazemos a seguir, com a consequente desagregação daquele valor, referente a 2017:

1- Abono salarial (R\$ 17 bilhões em 2017). Trata-se do benefício de um pagamento extra pago aos assalariados com carteira de trabalho de menor renda, uma vez por ano. Não há justificativa lógica para a perpetuação da continuidade desse fluxo de pagamentos sine die, no contexto de uma situação fiscal marcada por grandes dificuldades.

É um benefício em que não há uma despesa associada a políticas públicas chave (como saúde, educação ou segurança), não tem natureza assistencial e nem está vinculado a contrapartidas prévias, como a aposentadoria do INSS. É uma espécie de décimo-quarto salário para um conjunto de pessoas, que poderia ser justificado quando não existiam os programas assistenciais que existem hoje e a situação fiscal era melhor, mas que não cabe mais atualmente. Deveria ser extinto gradualmente, com redução dos pagamentos em 25% por ano ao longo de 4 anos;

2- Lei Kandir (R\$ 4 bilhões em 2017). É um resquício do passado. Formalmente, é uma compensação pela retirada de uma tributação ocorrida em 1997 e que penalizou os Estados. Mais de 20 anos depois do "fato gerador", hoje essa despesa não passa de uma excrescência orçamentária. Ainda que as pressões no Congresso caminhem na direção contrária, analogamente ao caso anterior, a rubrica poderia ser extinta aos poucos, colocando uma

despesa de R\$ 3 bilhões no orçamento de 2020, com queda de R\$ 1 bilhão por ano até a dotação ser zero em 2023;

3- Compensações pelas desonerações do Regime Geral da Previdência Social (R\$ 14 bilhões em 2017). A rigor, é um gasto "sui generis", porque o que sai como despesa nessa rubrica entra como receita nas contas do INSS, de modo que o efeito é fiscalmente neutro. O assunto, de certa forma, já está em pauta no atual governo. No contexto da "reoneração" das isenções decididas no governo Dilma, esta rubrica deveria ser eliminada até 2022; e 4- Compensação pela cobrança de adicional do FGTS (R\$ 5 bilhões em 2017). Este assunto também já está em processo, com previsão de queda da sua importância ao longo do tempo. Analogamente aos outros casos citados, esta dotação deveria ser gradualmente reduzida, até ser extinta.

Com a redução desses valores, o governo ganharia espaço fiscal para comportar algum aumento da despesa dos diversos Ministérios, comprometida por ocasião do ajuste de 2016-2017 e que deveria aumentar, por conta da melhoria de algumas políticas públicas cujo êxito depende de uma maior dotação orçamentária, com destaque para o papel do investimento.

BC precisa ser mais didático sobre "spreads" **Valor Econômico - 13/06/2018**

Raquel Balarin

Um importante representante da área econômica dizia dia desses que era muito difícil explicar a questão do "spread" bancário no Brasil. Como exemplo, apresentava a informação de que a taxa de recuperação de ativos dados em garantia, em empréstimos inadimplentes de pessoas jurídicas em recuperação judicial, era de apenas 12,7% no país, em comparação com 71,2% dos países de alta renda da OCDE (entre eles Austrália, Japão e Alemanha). Uma das várias razões para o baixo índice estaria nas decisões judiciais de primeira instância, já que parte dos juízes acaba sendo simpática à causa de "frágeis" cidadãos que enfrentam os "ricos e fortes" bancos, sem se dar conta de que a decisão criaria uma distorção nos custos do crédito.

"Como explicar que esse problema vai recair, na forma de taxa maior, para quem paga direitinho o financiamento que tomou no banco", perguntava o representante. A imagem que me surgiu à cabeça foi a de um condomínio de apartamentos. Sempre há inadimplentes, em maior ou menor grau. Até certo ponto, os recursos acumulados do condomínio absorvem a inadimplência. Mas chega um ponto em que é preciso ratear o problema ou, em linguagem coloquial, socializar o prejuízo. E quem paga tudo direitinho vai arcar com uma parte de quem não pagou. Será que é tão difícil assim explicar?

A questão do "spread" bancário, aquela diferença entre o custo que o banco tem ao captar os recursos no mercado e o que ele cobra do cliente que tomou o empréstimo, ganhou espaço nas discussões do setor financeiro

recentemente e trouxe à tona o assunto da concentração e da competição entre os bancos. O tema foi o grande foco do Relatório de Economia Bancária (REB), divulgado ontem pelo Banco Central, que cravou que "a relação entre concentração e spreads não é tão direta quanto o senso comum pode sugerir".

Antes de sair justificando as taxas de forma técnica, como fez o BC, porém (e aqui um parêntese para indicar a leitura de duas análises sobre o relatório, dos repórteres Fabio Graner e Alex Ribeiro, em BC reduz peso do lucro no cálculo do spread bancário e A inversão dos 'culpados' pelos altos juros bancários), é preciso encarar uma outra batalha importante para ganhar a atenção da opinião pública: a comunicação. Governos mais à direita e mais à esquerda, desde os idos de Fernando Henrique Cardoso, têm tido uma tremenda dificuldade em explicar assuntos mais sensíveis à população. E nesse ponto, mesmo quem não concorda com as ideias de Luiz Inácio Lula da Silva, há de admitir que suas analogias ajudaram muito na aproximação com o chamado "povão".

Em um país em que falta educação financeira, é preciso redobrar os cuidados com a comunicação e com a transparência. É preciso ser didático, é preciso mostrar que se as prefeituras decidirem que as agências bancárias terão de ser blindadas isso poderá encarecer o crédito, assim como o subsídio ao diesel poderá reduzir recursos para programas sociais ou ser pago pelo Tesouro, que é o seu, o meu, o nosso dinheirinho. O BC teve o mérito de encarar o assunto dos spreads no relatório divulgado ontem. Mas passou longe do didatismo para o cidadão comum.

A falta de didatismo é consequência, em grande parte, do próprio setor financeiro. Falta transparência. Mesmo apanhando diariamente por conta dos "spreads", ainda há instituições que defendem, em reuniões da Febraban (entidade que reúne os bancos), que não se deve dar luz à composição do "spread". Por que não? Porque o público em geral vai saber quanto cada linha de crédito dá de resultado real? Ou porque vai ficar claro para o mercado, incluindo acionistas, que o custo do produto em uma instituição é bem mais alto que em outra?

No exemplo real, abaixo, fornecido por um banco que não se opõe à discussão, é possível ver que, no cheque especial, a taxa anualizada cobrada no fim do ano passado chegava a 350%. Desse total, 146 pontos percentuais representavam o custo de captação e o juro acumulado. O importante é analisar o que sobra de margem, os 194 pontos percentuais restantes. Pouco menos de um terço é a perda efetiva. O custo come outros 83 pontos percentuais e os impostos, outros 28 pontos percentuais. Ao final, sobram 23% ao ano - esse, sim, o resultado líquido do banco.

Abrir esses números e discuti-los de forma racional e didática são os primeiros passos para enfrentarmos a questão do "spread" bancário. A competição e a concentração do setor não devem ficar de fora, como já abordado em colunas anteriores. No relatório de ontem, por exemplo, o BC admite que o Brasil figurava, em 2016, no grupo dos que têm os sistemas bancários mais

concentrados do mundo, como Canadá, França, Holanda e Suécia, embora defenda que isso, por si só, não gera altos "spreads". O assunto, entretanto, é mais complexo e merece novos olhares.

"É preciso aumentar a concorrência entre os bancos, mas também temos que ter um Judiciário mais célere na execução de garantias dadas em concessões de empréstimos", diz o empresário Josué Gomes da Silva, ex-presidente do Iedi (associação que reúne industriais brasileiros) e presidente da Springs Global, controladora da Coteminas e dona das redes MMartan, Artex e Casa Moyses.

Medindo os custos econômicos da criminalidade no Brasil

O Globo 13/06/2018

Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho

A sociedade brasileira sofre com os crescentes índices de criminalidade. Embora represente apenas 3% da população mundial, o Brasil é responsável por 14% dos homicídios mundiais. O ônus econômico é estarrecedor, chegando a cerca de R\$ 285 bilhões, ou seja, 4,38% do PIB anual do país. Os crimes violentos representam um grande obstáculo para o crescimento econômico do país, e um gasto a mais pago pelos brasileiros.

É impossível precificar a dor e o sofrimento das vítimas, de seus amigos e dos familiares. Além dos danos físicos, as cicatrizes psicológicas e emocionais podem durar por toda a vida. Mas uma avaliação rigorosa é necessária para o estabelecimento de prioridades e para medir a eficácia das medidas implementadas.

Um novo estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, "Custos econômicos da criminalidade no Brasil", ajuda a entender a dimensão do problema. Por meio de uma revisão inédita de estatísticas ao longo de duas décadas, o relatório mede o custo dos crimes violentos em setores como saúde pública, justiça criminal e segurança privada; além de examinar a perda de receita potencial em decorrência das mortes, ferimentos e encarceramento de jovens provocados pela criminalidade. É um alerta para todos os brasileiros.

O custo dos crimes violentos tem aumentado em grande velocidade. Em 2015, o último ano com dados disponíveis, 1,36% do PIB foi gasto em segurança pública e 0,94% com segurança privada, sem contar outras despesas, como processos judiciais (0,58% do PIB), encarceramento (0,26% do PIB) e despesas médicas (0,05% do PIB). Cada jovem morto representa perdas produtivas de R\$ 550 mil. Os prejuízos acumulados chegam a R\$ 450 bilhões desde meados dos anos 1990.

Os gastos do governo brasileiro com o combate ao crime também aumentaram substancialmente: mais de 170% desde os anos 1990. A taxa de crimes violentos aumentou de forma constante no mesmo período, sugerindo que o montante já despendido se mostrou ineficiente e ineficaz. A estratégia que privilegia a repressão policial generalizada e o encarceramento em massa não diminuiu a criminalidade. Embora deem uma sensação temporária de segurança, medidas como essas são dispendiosas e trazem poucos resultados.

A boa notícia trazida pelo estudo é que há várias medidas eficazes do ponto de vista econômico comprovadamente eficientes para prevenir e reduzir o crime. Alguns exemplos são o policiamento por manchas criminais e a dissuasão focalizada, que alocam agentes de segurança em áreas com alta concentração de crimes, estratégias que, quando bem implementadas, já demonstraram ser capazes de reduzir a violência armada. Do mesmo modo, vários tipos de regulamentação das armas de fogo — em particular as restrições a certos tipos de arma e ao porte em público — reduzem significativamente os índices de criminalidade.

Políticas de condenação e encarceramento mais inteligentes também podem contribuir para a redução do custo da criminalidade. É claro que crimes violentos devem ser punidos. Por outro lado, para crimes não violentos e réus primários, medidas não privativas de liberdade são mais eficazes em termos de segurança pública e poupam o dinheiro do contribuinte. Alternativas de educação, formação profissional, tratamento à dependência química e justiça restaurativa também ajudam a reduzir a reincidência e a dotar a população carcerária de capacidade produtiva.

É essencial, ainda, realizar ações focalizadas para transformar os espaços públicos. Medidas que fomentem a existência de infraestrutura e transporte público de qualidade, áreas verdes e espaços comunitários de lazer em regiões de alto risco já provaram ser efetivas na redução da criminalidade. Do mesmo modo o são medidas temporárias de regulamentação de bebidas alcoólicas — por meio de taxação, controle de preços e restrições de horários. O fornecimento de iluminação pública e câmeras inteligentes também está associado à redução de certos tipos de crime.

Para diminuir os custos da criminalidade, é preciso pensar no curto e no longo prazo. As estratégias mais eficientes e eficazes no controle da criminalidade começam na primeira infância: consiste em oferecer o apoio necessário para evitar que jovens optem pela criminalidade. Tiveram resultados positivos, por exemplo: acompanhamento médico domiciliar, programas pré-escolares, o desenvolvimento de competências parentais, acompanhamento sociopedagógico infantil, programas escolares, tutoria comunitária, medidas de contenção da evasão escolar e programas de controle da agressividade.

Em um momento de crise fiscal do governo central e dos estados, é preciso fazer mais com menos, buscando soluções de baixo custo e maior impacto. Se o Brasil quer controlar a violência, precisa prestar mais atenção ao custo-

benefício de se prevenir e reduzir a criminalidade. Precisamos urgentemente adotar medidas baseadas em evidências. Boas intenções não bastam. O velho ditado diz que “o crime não compensa”. No caso do Brasil, isso é literalmente verdade: somos nós que pagamos a conta.

Febeapá **O Globo - 13/06/2018**

Elena Landau

Febeapá, o Festival de Besteira que Assola o País, foi uma expressão inventada por Stanislaw Ponte Preta há mais de 50 anos. Era uma crítica bem-humorada à ditadura. Saiu de moda, mas continua mais atual do que nunca. A resposta à chantagem dos caminhoneiros e seus patrões é um Febeapá para ninguém botar defeito. Foi uma sequência de erros impressionantes que terminou com um enorme rombo nas finanças públicas sem que o problema tivesse sido sequer resolvido. Errou o presidente da República, erraram os presidentes da Câmara e do Senado, para não falar em vários dos candidatos. A população mais carente vai mais uma vez financiar uma categoria profissional. Stanislaw já dizia: “a prosperidade de alguns homens públicos do Brasil é uma prova evidente de que eles vêm lutando pelo progresso do nosso subdesenvolvimento”.

Recriamos a conta petróleo, com Tesouro compensando a Petrobras pelo subsídio, que todos imaginavam ser coisa do passado. Por pouco não se reduziram impostos estaduais sobre combustíveis fósseis. Para piorar, voltamos a tabelar fretes, impor controle de preços e reserva de mercado. Só faltou chamar os fiscais do Sarney. Decisões apressadas e a volta do velho intervencionismo deixarão consequências negativas por muito tempo. A atuação do governo Temer me lembrou a nefasta MP 579 da Dilma; o setor elétrico está perdido até hoje num emaranhado de disputas judiciais e alto endividamento. Na Petrobras, o resultado foi igualmente desastroso. Otimista que sou, pensava que a missão tinha sido aprendida. Ledo engano.

A crise mostrou que não existe boa governança que blinde uma estatal. O canto de sereia do populismo ainda encanta nossos políticos e não há como amarrá-los a mastro algum. Só tem uma maneira de resolver o problema: privatizar a Petrobras, a Eletrobras e todas as estatais.

O que estava mal conseguiu ficar ainda pior. A cereja do bolo foi a ANP lançando uma consulta pública para definir política de preços num setor potencialmente competitivo. A ANP e o Cade têm de buscar reduzir a concentração independentemente se o monopólio de fato é estatal ou privado. Regular preços só se justifica quando se tratar de monopólio natural, que não é o caso. Em vez de impor a venda de parte de seus ativos no refino à Petrobras, como faria com empresas privadas, a agência reguladora resolveu convocar a população a opinar. E sem sequer publicar uma nota técnica de orientação. Mais um movimento atabalhoado. Caso o resultado da consulta pública seja em favor do congelamento de preços, o que fará a ANP? Se isso não é

populismo, já não sei mais o que é. Se o monopólio fosse privado, a passividade dos órgãos reguladores não seria a mesma. O fato é que intervenção estatal e o equívoco do regulador vão afugentar investidores, e a competição não virá tão cedo. Os otimistas acham que o poço no Brasil tem molas, eu já acho que não tem fundo.

Fintechs querem ser bancos

Correio Braziliense - 13/06/2018

Correio Econômico

Engana-se quem pensa que as fintechs chegaram para revolucionar o sistema financeiro tradicional e trazer competição, reduzir juros e inovar. Estudo inédito da consultoria global em tecnologia Capgemini aponta que três em cada quatro executivos de startups financeiras querem se associar a uma empresa tradicional do setor. A pesquisa, apresentada pelo vice-presidente de Serviços Financeiros Capgemini no Brasil, David Cortada, ainda mostra que somente 18,1% dos empreendedores querem crescer sem qualquer parceria com outra companhia.

Dos executivos ouvidos, 5,5% querem se associar a outras fintechs e 0,9% relatou que prefere que a empresa seja comprada por um banco tradicional. Os dados levam em conta entrevistas com empreendedores de diversos países, mas não detalha quantos foram ouvidos e em que regiões. A pesquisa, entretanto, não ouviu empresários brasileiros. Cortada ressalta que 66,4% dos entrevistados relataram que a parceria com uma empresa tradicional traria visibilidade de mercado. Além disso, 60% destacaram que a associação daria escala financeira ao negócio, 59,1% disseram que ganhariam a confiança dos clientes, 55,5% alegaram que teriam melhor infraestrutura de distribuição de produtos e 31,8% afirmaram que teriam mais acesso a capital.

Cortada destaca que essa associação é natural, já que as empresas são complementares. De um lado, os grandes bancos estão habituados a lidar com riscos e com a complexa regulação no setor financeiro, além de possuírem credibilidade e capital. Do outro lado, as fintechs são ágeis, estão sempre inovando, têm preocupação com a redução e na racionalização de custos, além de serem focadas na experiência dos clientes. O executivo, entretanto, preferiu não opinar sobre a indicação do estudo de que as startups do setor financeiro querem se transformar em bancos tradicionais.

Realidade

Os dados do relatório contrariam o discurso, por exemplo, do Banco Central (BC), de que o fomento às fintechs vai estimular a competição e a redução de juros. Durante a palestra de abertura da 28ª edição do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras (Ciab), organizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o diretor de Regulação do BC, Otávio Damaso, cobrou das instituições financeiras a oferta de crédito para

micro e pequenas empresas, ao citar que esse nicho tem sido explorado por fintechs.

Além disso, outra mensagem transmitida por Damaso tem relação com a necessidade de garantir a interoperabilidade dos sistemas financeiros. “Não podemos repetir os erros do passado”, alertou. “O uso do blockchain deve apoiar a indústria e garantir a interoperabilidade e a troca de dados entre as instituições, sejam elas novatas ou mais antigas”, afirmou.

Os dados deixam claro que o poder de mudanças das fintechs no Brasil não é tão grande quanto se imaginava. O país possui o segundo sistema bancário mais concentrado do mundo, atrás apenas da Holanda. Não está claro que papel essas empresas terão no processo de bancarização e de queda de juros. Ficou claro, apenas, que querem ser bancos.

Ataques virtuais

» O mercado de segurança digital cresceu de US\$ 3,5 bilhões, em 2004, para US\$ 75 bilhões em 2015, apontam dados da empresa Cylance. Estimativas do setor indicam que esse montante alcançará US\$ 170 bilhões até 2020. O levantamento ainda alerta que o custo global médio de uma violação de dados, para cada registro perdido ou furtado chegou a US\$ 158 dólares. Para piorar, 25% das grandes empresas são alvo de ciberataques recorrentemente.

Desespero governamental

» Paralisado e em busca de notícias positivas, o governo ampliará os saques do PIS-Pasep, estendendo o benefício para os cotistas de todas as idades que trabalharam entre 1971 e 1988. Hoje, em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer sanciona lei e assina decreto que autoriza os saques. Até o fim do ano será assim. Serão anunciadas apenas medidas populistas para tentar conter o descontentamento popular.

Brasil tem 338 mil sites dedicados ao turismo

DCI - 13/06/2018

Plano de voo/Liliana Lavoratti

O número de estabelecimentos online de produtos e serviços de turismo no Brasil se expandiu desde 2016 (quando a primeira edição da pesquisa foi publicada) e alcançou a expressiva fatia de 9,58% do total do e-commerce brasileiro – eram, então, 5,03% do total. Segundo levantamento da BigData Corp. feito sob encomenda do PayPal, existem hoje no Brasil cerca de 338 mil sites dedicados ao segmento, ou 1,61% dos 21 milhões de sites que compõem a internet no País, dos quais 19,10% são comércios eletrônicos. Os pequenos sites de turismo (menos de 10 mil acessos mensais) representam a maioria do segmento, ou 94,49%.

Informações em todas as telas

Já os sites médios (até 500 mil visitas por mês) são 3,86% do total; enquanto os grandes (acima de meio milhão de acessos mensais) equivalem a 1,65%, segundo a BigData Corp. De acordo com tendência geral do e-commerce, uma parte relevante do segmento já adota sites responsivos, isto é, adaptados para qualquer tela de dispositivo. Entre as lojas online de turismo no País, 72,64% já contam com essa tecnologia – em 2016, eram meros 13,5%. Apps também ganham expressão e já são opção em 5,12% desses e-commerces – em 2016, não passavam de 4,32%.

Maioria é formada de blogs

A BigData Corp. captura e processa, continuamente, mais de 21 milhões de sites brasileiros (e mais de 700 milhões no mundo todo). Para esta pesquisa, a empresa trabalhou com resultados obtidos em primeiro de junho de 2018. Outras novidades detectadas na pesquisa: entre os sites dedicados a turismo, 41,03% são blogs. Lojas online, que efetivamente realizam transações de compra de serviços ou produtos sem que o usuário precise sair do site, são 19,10%. Páginas corporativas de empresas do setor somam 14,48% dos sites do setor.

Uma conversa franca ...

Organizado por Michael Bloomberg, em novembro deste ano, em Pequim, vai acontecer o Fórum da Nova Economia, com líderes econômicos e políticos do mundo para discutir as principais mudanças globais, os riscos e oportunidades da liderança da China e Índia, bem como potências emergentes e desafios enfrentados, a exemplo das mudanças climáticas, desigualdade e ruptura social criada pelas novas tecnologias. Dentre os integrantes do Conselho Consultivo do Fórum estão Henry Kissinger, Henry Paulson, Zeng Peiyan, Ban Ki-moon, Gary Cohn, Bill Gates, Kevin Rudd.

... entre líderes mundiais

“A economia global passa por uma transição histórica. Novas potências econômicas como China, Índia, África, Oriente Médio e América Latina desempenham papel cada vez mais importante na definição de assuntos globais”, diz Michael R. Bloomberg. “Agora, mais do que nunca, precisamos de uma nova plataforma para reunir líderes mundiais nos setores público e privado para avaliar riscos e oportunidades criadas pela ordem global emergente.” Prova disso foi o encontro, ontem, entre o presidente dos EUA, Donald Trump, e Kim Jong-un, líder da Coreia do Norte.

Na era do banco...

Já passamos pelas eras do Internet Banking (década de 1990) e do Mobile Banking (2010) com muito sucesso. Agora chegou a hora do que acreditamos ser o Seamless Banking – um banco em qualquer lugar, em qualquer

dispositivo e em qualquer momento”, afirma Breno Barros, diretor de inovação e de negócios digitais da Stefanini. Essa nova cadeia de valor tem de ser construída a partir do conceito de ecossistema e isso só será possível tendo desde já a orientação a um banco aberto. É aí que entra a APIs [Application Programming Interface], ou “API Economy”, a “Economia das APIs”, ou um novo modelo de negócio gerado por meio do compartilhamento, integração e agregação de valor aos dados em um ecossistema digital. Portanto, é romper fronteiras e levar experiências positivas únicas e relevantes aos clientes finais.

... em qualquer lugar

É isso que está por trás do desenvolvimento de projetos de open banking, um dos principais temas da 28ª edição do Ciab Febraban, maior evento de tecnologia para o mercado financeiro da América Latina, onde a Stefanini, uma das mais importantes provedoras globais de soluções de negócios baseadas em tecnologia, apresenta a sua solução de gerenciamento de APIs. No universo high-tech, o termo Application Programming Interface remete à integração entre aplicações em seu nível mais técnico possível. “Entretanto, hoje, não é mais uma questão técnica. Até recentemente, havia um acervo de APIs voltados para facilitar os meios de pagamento, mas agora a tendência tem sido usar essa tecnologia para criar jornadas digitais incríveis para diversas finalidades”, explica Ailton Nascimento, vice-presidente da Stefanini. Essa nova funcionalidade deve ganhar fôlego com a regulamentação do Banco Central sobre a concessão de crédito por fintechs. “O nosso papel é ser o integrador desse ecossistema”, acrescenta.

40 anos no Brasil

Há muitas oportunidades de negócios para empresas brasileiras na Europa, segundo a Agência de Investimentos Estrangeiros na Holanda (NFIA, na sigla em inglês), que completa 40 anos de atividades atraindo companhias e investidores para impulsionar seus negócios em um dos cenários mais avançados e atraentes para vários tipos de atividades. Instalada aqui desde 2010, a NFIA dá especial importância ao país: aqui se encontra a única sede desta entidade do governo holandês em toda a América Latina. Jeroen Nijland, diretor mundial da NFIA, destaca que a agência é uma das primeiras de fomento a novos negócios presente em outros países. “Isso ilustra a economia aberta da Holanda, pois nosso objetivo é expandir as operações das companhias que desejam internacionalizar suas marcas. No último ano, mais de três mil projetos chegaram na NFIA com o objetivo de investir na Holanda. Acredito que nosso ambiente de negócios é muito bom, somente em 2015, as empresas brasileiras investiram cerca de 300 milhões de euros, o que torna o país um grande parceiro.”

Valentina, o robô do trabalhador (I)

Com o fim da gratuidade das ações trabalhistas, que expõe trabalhadores ao risco de arcar com as custas processuais de ações e indenizações contra antigos empregadores, o ajuizamento de causas desse tipo caiu 56% em

dezembro, quando começou a vigorar a Reforma Trabalhista. Uma alternativa que elimina esta possibilidade acaba de chegar ao mercado, na forma de um robô. Valentina é um bot – serviço de atendimento eletrônico – que registra e encaminha demandas do gênero e também tira dúvidas sobre direitos trabalhistas. “Não sou advogada, mas posso comprar a briga por você, assumir os custos e devolver os valores que você tinha pra receber, ficando com uma taxa pequena”, explica a robô em seu perfil no Facebook.

Valentina, o robô do trabalhador (II)

“A Valentina é um robô que ajuda as pessoas a buscarem seus direitos junto à Justiça do Trabalho, o que, muitas vezes, não o fazem por falta de recursos ou de informação, ou mesmo, agora com a Reforma, por medo”, diz Arthur Farache, diretor da Hurst. A empresa oferece a solução completa, assumindo todo o atendimento jurídico. “Adquirimos parte do direito indenizatório, realizamos a negociação administrativa, protocolamos as ações cabíveis e assumimos todas as custas judiciais e as despesas com advogados”, explica Farache.

Empreendedorismo feminino

O Itaú Unibanco está com inscrições abertas para a 2ª edição do programa “Aceleração Itaú Mulher Empreendedora”, realizada em parceria com a FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. O objetivo é aprimorar as habilidades de gestão empresarial e desenvolvimento do talento empreendedor de mulheres. Gratuito, o programa acontecerá entre agosto e novembro deste ano e contemplará 30 participantes. O “Aceleração Itaú Mulher Empreendedora” terá 76 horas de capacitação com aulas online e presenciais sobre negócios e liderança feminina; oportunidades de crescimento; finanças; acesso à capital e produtos financeiros; estratégia de marketing; e gestão de pessoas, entre outros. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 de junho pelo www.imulherempreendedora.com.br.

EUA têm superávit, diz Merkel

Valor Econômico - 13/06/2018

A premiê da Alemanha, Angela Merkel, afirmou ontem que os EUA têm um grande superávit com a Europa, quando se levam em conta serviços e não apenas bens. A afirmação foi uma resposta a Donald Trump, que reclama dos déficits comerciais que os EUA têm com muitos países, em particular com a Alemanha. Merkel acrescentou que os sistemas de contabilidade do comércio internacional precisam ser atualizados. “Os superávits comerciais são calculados de maneira um pouco antiquada hoje”, disse Merkel a empresários em Berlim. Também ontem, o ministro da Economia alemão, Peter Altmaier, disse que Berlim defenderá sua indústria automotiva, em mensagem velada a Trump, que ameaça sobretaxar carros importados. “A indústria automobilística alemã é o centro da economia, por isso temos o interesse de ter uma forte posição nos mercados”, disse. “Isso não é fazer lobby. Isso é interesse nacional.”

Políticas comerciais dos EUA e governo da Itália ofuscam perspectiva para economia alemã, diz ministério

DCI - 13/06/2018

A ascensão econômica da Alemanha está perdendo força e as perspectivas de crescimento são ofuscadas pela disputa comercial com os Estados Unidos e pelos riscos ligados ao novo governo de coalizão da Itália, disse o Ministério da Economia nesta quarta-feira.

O ministério acrescentou em seu relatório mensal que o consumo privado e as exportações --dois condutores do crescimento para a maior economia da Europa-- continuam favoráveis.

"As políticas exterior e comercial dos Estados Unidos bem como a formação de um governo na Itália aumentaram as incertezas e os riscos para o crescimento", disse.

"Isso está se mostrando na economia real através de uma postura de esperar para ver, especialmente quando se trata de investimentos."

Produção industrial da zona do euro tem queda em abril

DCI - 13/06/2018

A produção industrial nos 19 países que usam o euro recuou em abril, informou nesta quarta-feira a agência de estatísticas europeia, Eurostat, em mais uma evidência de desaceleração da economia do bloco.

A produção industrial encolheu 0,9 por cento em abril na comparação com o mês anterior, pressionada pelos setores de energia, bens duráveis, não duráveis e intermediários.

Apenas a produção de bens de capital, como maquinário, registrou avanço em abril.

A queda da produção industrial soma-se a uma série de dados indicando esfriamento da economia da zona do euro e o dilema diante do Banco Central Europeu sobre como encerrar o estímulo que tinha o objetivo de alimentar a inflação.